



"não basta gritar unidade!"

Poder Popular



VIVA A UNICIDADE SINDICAL!

Saudação à Intersindical

Convocada em 1 de Outubro de 1970, realizou-se em 11 de Outubro de 1970, a primeira reunião intersindical, o passo decisivo na criação da Central Sindical única dos trabalhadores portugueses

Forjada na luta contra o fascismo e a exploração capitalista, forjada na luta para eleger direcções sindicais da confiança dos trabalhadores e afastar os lacaios do patronato e do Governo colonial-fascista, forjada na luta contra as limitações corporativas da acção sindical, a Intersindical é sem dúvida um dos principais símbolos da luta dos trabalhadores do nosso País e uma das suas grandes conquistas

O Secretariado do Comité Central do Movimento de Esquerda Socialista, cujos militantes estiveram desde a primeira hora na luta pela fundação da Intersindical Nacional, saúda calorosamente nesta data na Intersindical todos os trabalhadores portugueses e muito particularmente todos os sindicatos que militantemente deram e dão o seu esforço para que os trabalhadores portugueses tenham a sua Central Sindical única, democrática e apartidária, ao serviço da sua sua unidade de classe na luta contra todos os exploradores e opressores

A luta não está ganha, pois toda a direita e também a socialdemocracia, com o apoio do imperialismo, trabalham a todo o vapor com o objectivo de dividir o movimento sindical unitário português

O Governo do dr Soares atreve-se a revogar, contra a vontade da maioria e nas costas dos trabalhadores portugueses claramente demonstrada pelas centenas de milhares de trabalhadores que desceram à rua em 14 de Janeiro de 1975 e pelas centenas de Assembleias Sindicais que têm apoiado a unicidade, a Lei que consagrava uma das grandes conquistas dos trabalhadores, a unicidade sindical.

Perante tudo isto, perante uma manobra de tal envergadura em que o próprio Governo não hesita em tomar medidas anti-constitucionais, a luta não pode parar

Se a direita, na sua manobra cisionista, confunde a Intersindical com o seu Secretariado e a sua actuação nós nunca a confundimos nem confundiremos. Por isso mesmo esta saudação à Intersindical, este apelo à luta pela unidade e unicidade sindicais, não pode deixar de conter uma crítica às posições que o Secretariado da Inter tem defendido

Sem democracia interna a unicidade não garante a unidade dos trabalhadores, apenas poderá garantir o controle partidário sobre o Movimento Sindical!

A Central Sindical só serve os interesses dos trabalhadores se for um instrumento de luta, uma arma no combate de classe contra o fascismo e a exploração capitalista, um centro de apoio, dinamização e direcção das pequenas e grandes lutas dos operários, dos camponeses e de todos os trabalhadores!

Estes princípios nunca o Secretariado da Inter os aplicou e essa é a sua grande responsabilidade histórica

Aplicar estes princípios, defender a unicidade sindical na Lei até ao fim é derrotar as manobras divisionistas, é a responsabilidade histórica a que milhares e milhares de trabalhadores estão a responder preparando afincadamente um Congresso de todos os Sindicatos, de todos os trabalhadores, um Congresso democrático e unitário capaz de defender a Intersindical dos ataques da direita e da socialdemocracia e transformá-la não só numa Central Sindical única mas também numa Central apartidária e de classe

Viva a Intersindical! Viva a Unicidade Sindical!
Viva o Congresso de todos os Sindicatos
e de todos os trabalhadores portugueses!
Viva a Central Única, democrática e de classe!

Lisboa, 8 de Outubro de 1976

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA REUNIÃO ALARGADA DO COMITÉ CENTRAL, 25 E 26 DE SETEMBRO

A alternativa popular para a crise do capitalismo português é uma exigência do nosso povo e uma necessidade histórica da luta revolucionária!




EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

(Ler na pág. 11)



AUTARQUIAS: LISTAS DE UNIDADE POPULAR

(Ler na pág. 3)



NÃO AO MEIC!

(Ler na pág. 4)

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA

CAP prepara nova ofensiva contra a Reforma Agrária!

Os agrários organizados na CAP, mediram o pulso ao Governo PS quando este ordenou a desocupação de terras, cedendo assim descaradamente a algumas das suas exigências. Na realidade, se havia que corrigir erros no que se refere às terras de pequenos e médios agricultores indevidamente ocupadas, havia porém outras terras que não se encontrando cultivadas, pertenciam a senhores capitalistas com outros chorudos negócios e que só lá iam, uma ou duas vezes por ano, quando se tratava de ir à caça com os amigalhões. Nestes casos em que os trabalhadores foram obrigados a intervir para, deste modo, combater a sabotagem económica dos agrários e assim aumentar a produção agrícola, torna-se injusta a desocupação, a qual somente poderá interessar aos senhores da CAP, cujo objectivo é desmobilizar os trabalhadores do campo para diminuir a resistência às tentativas de destruição da Reforma Agrária.

As organizações de classe dos trabalhadores rurais e até mesmo o ministro Lopes Cardoso se mostram dispostos em continuar o processo de expropriação de terras, não permitindo quaisquer alterações nos limites de expropriação estabelecidos na lei. Por esse motivo, também um dos alvos favoritos da CAP reside no afastamento de Lopes Cardoso do Ministério da Agricultura.

El-los agora a convocar um plenário de «agricultores» para o dia 10 de Outubro em Rio Maior. Aqui irão certamente elaborar a lista completa de todas as suas exigências que apresentarão ao Governo PS.

Segundo dizem, continuam a defender aquilo porque lutaram no 24 de Novembro!

Parece portanto que à CAP ainda não lhe chega a força que ganhou após o golpe reaccionário do 25 de Novembro!

Plenário de Agricultores

Rio Maior

Realiza-se no próximo dia 10 de Outubro, pelas 15 horas, uma reunião de Agricultores, com o seguinte orden de trabalhos:

1. - OS AGRICULTORES E A PRÁTICA AGRÍCOLA
2. - APLICAÇÃO DE PRINCÍPIOS DE CREDENCIAÇÃO À LEI DAS EXPROPRIAÇÕES
3. - AGRICULTURA RURAL
4. - PROBLEMA DA CAP. NAS CIRCUNSTÂNCIAS DO PLANO DAS SINDICATAS
5. - PRÁTICA DE TRAVELHADORES
6. - SÍMBOLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS AGRICULTORES

No momento em que Portugal é um Estado de direito não que o sentido dos portugueses vive o Democrático? Porque agitar os agricultores para anti-democráticos e anti-modernização?

Quest. tem modo do seu discurso no Assembleia da República?

É isso que concluem os debates?

Agricultores portugueses, as unidades pedem-se venças!

COORDENAÇÃO DE AGRICULTORES DE PORTUGAL

Será que a CAP com a cobertura política do PPD e CDS pretende desferir outro golpe ainda mais reaccionário do que o do 25 de Novembro?

Mas a todas as manobras que visam destruir a Reforma Agrária, os trabalhadores rurais, os pequenos e médios agricultores, todos os revolucionários e antifascistas terão que responder com a força da sua unidade e organização.

EM FRENTE PELA REFORMA AGRÁRIA!

NÃO À REINTEGRAÇÃO DOS FASCISTAS!

As longas das últimas semanas tem-se revelado claramente qual a natureza do actual Poder no nosso país: regime democrático-burguês transitório que, procurando «vencer a crise» dentro dos quadros e regras do capitalismo, só tem como saída um endurecimento progressivo e um total alheamento aos problemas e interesses dos trabalhadores, da classe operária e do Povo Português. Isto é, pôr-se ao serviço da satisfação dos interesses dos «novos» capitalistas, os **empresários**, pois é evidente que sem eles (e a iniciativa privada) a «salvação do País» dentro das regras e do Mercado Comum capitalistas não poderia ser possível. Esse, precisamente, o sentido das medidas até hoje já anunciadas pelo Primeiro-Ministro Mário Soares.

despedimentos de dirigentes sindicais, suspensões de comissões de trabalhadores por comissões administrativas, proibições de reuniões e assembleias nas empresas, agressões dos patrões a operários, declarações de falências de empresas (que o Governo prometeu já facilitar, aumentando o desemprego), restituição de outras a antigos patrões (que antes sabotaram, e agora querem colher os frutos do esforço dos seus operários), boicotes a negociações contratuais, e, finalizando, a onda crescente dos regressos ou tentativas de regresso de fascistas saaneados com o 25 de Abril e que o 25 de Novembro quer reintegrar.

do Poder, em Portugal, sempre se serviram dela para incutir no povo uma cultura que nada tem a ver com a cultura do povo, para o enganar, para o manter na escuridão e tentar fazer crer que a guerra colonial fascista era justa, etc., etc.

Além de terem os pides a controlar o pessoal, os postos-chave sempre foram ocupados por indivíduos da confiança do regime fascista.

Após o 25 de Abril, perante a pressão dos trabalhadores da Rádio, muitos destes fascistas foram afastados. Desde o golpe reaccionário de 25 de Novembro, temos vindo a assistir à reintegração de alguns pides e de conhecidos fascistas como Casimiro Pires, Beckert d'Assunção, e ainda Olga Alves e Maria da Paz, profundamente odiados pela maioria dos trabalhadores.

Paralelamente, a programação torna-se cada vez mais reaccionária, os programas e trabalhadores progressistas sofrem a censura, multas, suspensões arbitrárias e todas as formas de repressão fascista, a administração tece manobras tentando pôr trabalhadores contra trabalhadores e quebrar a sua unidade e organização.

(...) Mas ainda há mais, camaradas: há pouco tempo, na equiparação salarial, a administração, defendendo os seus interesses de classe, aumentou o leque salarial, dando rechonchudos ordenados a chefes e directores. Lutemos pela redução do leque salarial!

É urgente e necessário para que vençamos estas lutas que os órgãos representativos dos trabalhadores da RDP tomem posição. Devemos exigir que os conselhos de trabalhadores e sindicatos se debrucem e tomem posição sobre estas questões que a todos afectam. Lembremo-nos, camaradas, da importância de termos uma comissão de trabalhadores que defenda os nossos interesses e da urgência da nossa organização.

Unamo-nos contra a reintegração dos fascistas

É neste ambiente que começamos a assistir a

Campanha de fundos

BÉLGICA
 José Manuel da Silva 100 FB;
 Francisco Rosa 100 FB
CHAVES
 Delfim Faria 20\$00; Celestino Chaves 20\$00; Antero Fernandes 20\$00; Maria F. Chaves 10\$00; José Russo 25\$00; Silva 7\$50; José L. Pinto 17\$50; Fernando Cruz 20\$00; José Mesquita 20\$00; Manuel Santos 20\$00; João Chaves 50\$00; Antero Ribeiro 100\$00; Pires 50\$00; Grupo de trabalhadoras da Caixa Geral de Depósitos 420\$00

SESIMBRA
 João Pereira 20\$00; Anónimo 20\$00; Luís Filipe 20\$00; Irilo 30\$00; Firmiano 20\$00; Anónimo 20\$00; Illegível 20\$00; Amadeu 20\$00; José Inácio 20\$00; Illegível 3\$00

SANTANA
 Pino 20\$00; José Fernando 2\$00; Pê Curto 5\$00

BARREIRO
 Anabela Martins 20\$00; Olga 5\$00; Um camarada que apoia Otel e a revolução 1\$00; Bárbara Queiroz 2\$50; um camarada que apoia o Poder Popular 5\$00; Paula Martins 23\$50; Um camarada do Barreiro 9\$60; Vitor Nunes 6\$00; Camarada do Barreiro 3\$00; Maria Rosa 10\$00

LISBOA
 Moreira 20\$00

GUIMARÃES
 José Pastos 7\$50; Anónimo 5\$00; António Faria 20\$00; Belinha 5\$00; Sérgio 20\$00; Augusto 20\$00; pelo Poder Popular 10\$00; Anónimo 50\$00; Anónimo 16\$00; Anónimo 16\$00

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00 12 meses 200\$00
 apoio 400\$00
 estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

JORNAL SEMANAL - todas as 4.ªs Feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
 Av. D. Carlos I - 132, Lisboa
 telefone 66 26 29

Composição e impressão
 Renascença Gráfica SARL
 Rua Luz Soriano, 44 - 1.º 1500

Aos trabalhadores do concelho de Almada

Nos dias 18 de Setembro e 2 de Outubro realizou-se no Laranjeiro a Assembleia Popular do Concelho de Almada, que é composta por comissões de moradores, comissões de trabalhadores, direcções de clubes recreativos, movimento democrático das mulheres e outras organizações.

Nessa assembleia foi proposto e aprovado que a assembleia popular de Almada apoiaria as listas para as eleições das autarquias locais propostas pela chamada Frente Eleitoral Povo Unido.

O MES, organização comunista, alerta todos os trabalhadores e moradores do concelho de Almada para esta manobra antidemocrática, chamando a atenção para a extrema gravidade desta atitude tanto mais que o Estatuto da Assembleia Popular de Almada e os estatutos das comissões de trabalhadores e das comissões de moradores dizem claramente que estas organizações são rigorosamente apertidárias.

O MES que sempre defendeu e defenderá o apertidarismo e a democraticidade interna das comissões de trabalhadores e das comissões de moradores, não pode deixar passar em claro esta manobra do PCP, que debaixo da sigla «Povo Unido», mais não faz do que colocar os órgãos de Poder Popular a reboque dos seus interesses partidários, à semelhança do que já fez com a campanha divisionista de O. Pato, tentando deste modo recuperar da estroiosa derrota que lhe foi infligida pela candidatura de Unidade Popular do general Otel.

O MES exorta todos os trabalhadores e moradores do concelho para a necessidade de reforçarem os órgãos de Poder Popular e, ao mesmo tempo, impedirem manobras que só visam enfraquecer a força do MOVIMENTO POPULAR.

Pelo reforço dos órgãos de Poder Popular Pela unidade de todos os trabalhadores

Núcleo de Almada do Movimento de Esquerda Socialista Almada, 4/10/76

UM EXEMPLO: A RDP

Um dos casos que mencionamos é o da Radiodifusão Portuguesa. A esse propósito, o GDUP da RDP emitiu o seguinte comunicado:

Não permitamos o regresso dos fascistas!

Desmascaremos as manobras da administração para nos dividir!

A Rádio sempre foi um dos sustentáculos do regime fascista. Os detentores

MACHETE (PPD) E AS MANOBRAS DO IMPERIALISMO

«Acredito que os Estados Unidos registaram nos últimos anos muitos êxitos no que respeita ao movimento comunista. Fomos bem sucedidos em Portugal onde há um ano havia bastantes possibilidades de os comunistas virem a tomar o Poder. Isso não aconteceu e hoje temos uma democracia em Portugal» declarou Gerald Ford, presidente dos EUA, em recente debate televisivo no seu país.

Simultaneamente, Rui Machete (há alguns dias chegado de Bonn e Washington) viria por seu turno a afirmar, a propósito das eleições na Alemanha Federal: «A vitória dos sociais-democratas significa a continuação do apoio que tem sido dado ao nosso país e que foi tão fundamental para a defesa da democracia durante o período do gonçalvismo».

Ambos são descarados... mas também demasiado claros.



Em frente com as listas de Unidade Popular para as Autarquias

Os candidatos das listas de unidade popular para as eleições das autarquias locais têm consciência de que a actual organização do Estado, seja ao nível do poder central seja na administração local, continua ao serviço dos interesses da classe dominante. Só a luta dos trabalhadores e do povo, assente na sua unidade e na sua organização e contando com as suas próprias forças, permitirá a resolução dos seus problemas. Os interesses dos trabalhadores e do povo só serão defendidos se seguirmos a via da unidade popular, aquela mesma que o general Otelo Saraiva de Carvalho se comprometeu a servir nas recentes eleições para a Presidência da República — é a verdadeira solução para a crise da sociedade portuguesa, é a única maneira de vencer a ameaça fascista e de abrir caminho para a construção de uma sociedade nova — a sociedade socialista.

Nesse sentido, os candidatos da unidade popular comprometem-se perante o povo que os escolheu a orientar a sua acção de acordo com estes princípios:

1. Lutar pela ampla participação democrática do povo trabalhador em todas as decisões



Conferência de imprensa realizada pela Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular em 4 de Outubro, onde foi divulgado o texto que aqui reproduzimos

que lhe dizem respeito, como condição para a defesa dos seus interesses, de forma a que organismos da administração local estejam ao serviço da maioria e nunca de minorias privilegiadas.

2. Apoiar activamente as organizações populares de base, nomeadamente as Comissões de Moradores e os Conselhos de Aldeia, para que elas reforcem o seu papel de órgãos autónomos das lutas do povo e intervenham activamente no controlo das actividades das autarquias locais.

3. Agir de acordo com as prioridades definidas colectiva e democrática-

mente em ordem à melhoria das condições de vida das populações e localidades mais necessitadas, de modo a que os melhoramentos a instalar beneficiem em primeiro lugar as camadas mais pobres do povo trabalhador.

4. Lutar pela aplicação de uma política popular em todos os domínios particularmente nos seguintes:

- a) habitação e urbanismo
- b) ensino e cultura
- c) saúde e segurança social
- d) equipamentos colectivos
- e) abastecimento e preços

NOTA: estas alíneas serão posteriormente completadas e adaptadas

5. Lutar pela unidade do povo trabalhador das cidades e dos campos. Apoiar a luta dos trabalhadores rurais e dos camponeses pobres na defesa e alargamento da Reforma Agrária. Apoiar a luta dos pequenos e médios agricultores pelo escoamento dos produtos da terra a preços justos, em particular para a cidade, desenvolvendo no âmbito das autarquias medidas que favoreçam a cooperação e a aquisição de adubos, alfaias e outras necessidades do povo dos campos. Dar todo o apoio às iniciativas de escoamento directo dos produtos dos campos para os bairros, através do fornecimento de transportes, locais de armazenagem, bem como patrocinando formas de colaboração dos pequenos retalhistas da zona nessas iniciativas.

6. Dinamizar a luta contra o desemprego e pela criação de postos de trabalho, opondo-se nomeadamente ao encerramento de empresas e aos despedimentos, e tomando iniciativas de apoio e solidariedade para com os trabalhadores despedidos.

7. Assegurar o bom funcionamento dos serviços públicos, tomando-os mais próximos das populações e eliminando as inúteis complicações burocráticas, e lutar pelo saneamento dos funcionários corruptos e reconhecidamente inimigos do povo trabalhador.

8. Submeter ao controlo popular a elaboração dos orçamentos das autarquias locais e a aplicação das receitas das mesmas.

9. Incentivar todas as formas de vigilância popular, nomeadamente contra a criminalidade e a violência fascista; contra o açambarcamento praticado pelos grandes intermediários, em particular os que exercem actividade na área da autarquia, ou os que são responsáveis pelo fornecimento de géneros acima das tabelas ao pequeno comércio da zona, apoiando portanto a vigilância popular sobre os abastecimentos e preços; contra a especulação dos terrenos e o mercado negro da habitação.

10. Opôr-se a todas as formas de repressão sobre o povo, particularmente à violência policial contra as lutas dos trabalhadores.

11. Exigir ao poder militar que os meios técnicos e logísticos das unidades militares sejam

TRÊS INICIATIVAS UM SÓ OBJECTIVO

O Comité Central na sua reunião alargada realizada nos dias 25 e 26 de Setembro no Porto aprovou a realização de três iniciativas de grande importância para a vida do nosso partido.

O Comité Central resolveu convocar a I Conferência Nacional de Quadros para os dias 20 e 21 de Novembro e comemorar, este ano, o VI aniversário do movimento de luta e organização que levou à constituição do MES. O Comité Central resolveu ainda convocar a I Conferência Sindical do MES para os dias 27 e 28 de Setembro de 1976.

Estas três iniciativas são a resposta do nosso partido ao desafio que nos é lançado pela situação política actual e pelas tarefas em que estamos empenhados para lhe fazer frente.

Três iniciativas que serão outros tantos marcos de luta num caminho longo que visa alcançar um só objectivo: **reforçar a nossa organização partidária, condição essencial para avançar com sucesso na grande tarefa da edificação do partido revolucionário da classe operária.**

Nesse sentido, a I Conferência Nacional de Quadros, o VI aniversário da nossa acção política organizada e a I Conferência Sindical serão momentos decisivos para o reforço do nosso partido e para o aprofundamento da política de unidade em que se encontram empenhadas todas as forças da esquerda revolucionária.

Três iniciativas que são outros tantos momentos para fazer um balanço da nossa participação na luta pela edificação de uma poderosa organização política, unitária, popular e de massas — o MUP, e para preparar a intervenção dos revolucionários nos grandes combates que são as eleições para as autarquias locais e o congresso de todos os sindicatos.

Três iniciativas que são outros tantos momentos para avançar na via da proletarianização das nossas fileiras, na luta pela aplicação do centralismo democrático e dos princípios que devem nortejar a nossa acção de comunistas e revolucionários.

Mobilizemos e organizemos as nossas forças para o reforço da corrente revolucionária no movimento sindical!

Em frente com a I Conferência Sindical do MES!

Preparemos activamente a I Conferência Nacional de Quadros!

Façamos do VI aniversário um grande momento de unidade, mobilização e reforço das fileiras revolucionárias na luta contra a ameaça fascista e a recuperação capitalista, pelo poder popular e o socialismo no caminho da edificação do partido revolucionário da classe operária!

postos ao serviço das populações.

12. Pugnar pela atribuição de amplos poderes às autarquias locais, contra o exagerado centralismo do Governo e pela prática da descentralização dos poderes, de modo a garantir a participação popular nas decisões colectivas.

Em concreto:

- autonomia financeira para as autarquias locais

- capacidade de planeamento a médio e longo prazo

- capacidade de criar

- um sistema de impostos locais que permita fazer pagar as necessidades colectivas pelas classes exploradoras, e de abolir os impostos e taxas que pesam mais fortemente sobre as camadas populares (imposto de trabalho, taxas de feiras e mercados, etc.)

- intervenção directa e permanentemente no controlo da cobrança de impostos directos do Estado

- obtenção de empréstimos sem intervenção ou tutela do Estado.

Camarada agredido

O camarada Possidónio, operário tapeteiro, antifascista de longa data, presidente de Assembleia Geral do Sindicato dos Tapeteiros e Córdoeiros e membro da Comissão Distrital dos GDUP's foi cobardemente agredido com intenção clara de matar na noite do dia 22, tendo ficado inanimado e duramente ferido.

Na sua fúria criminosa e reaccionária o agressor, escondido pela escuridão, disse: «Seu comunista, desta não saís!»

O agressor fugiu, mas a sua face é por todos os trabalhadores conhecida. Ele não é que uma mão reaccionária a serviço do patronato capitalista, dos fascistas e terroristas que querem fazer voltar Portugal ao 24 de Abril de 1974.

Os objectivos deste crime odioso são claros:

- por um lado tentar vergar um valente combatente da classe operária, lutador de vanguarda antes e depois do 25 de Abril, sindicalista intransigente na defesa dos interesses da sua classe, revolucionário totalmente dedicado à causa da libertação do povo trabalhador;

- por outro lado, querer intimidar os trabalhadores e desmobilizá-los da luta, pretendendo fazer-lhes recuar o sucedido ao camarada Possidónio.

Com esta agressão foi todo o povo trabalhador que foi agredido, particularmente o povo trabalhador de Cortegaça que vê no camarada Possidónio um dos seus mais valentes companheiros de luta.

A resposta será colectivamente dada pelos trabalhadores que com a sua firme luta reduzirão a pó estas ameaças e mostrarão, como sempre mostrarão, que provocações e intimidações como esta serão duramente pagas, por quem na sombra as instiga, apoia e delas procura tirar proveito.

POVO TRABALHADOR UNIDO CONTRA O FASCISMO / POVO TRABALHADOR UNIDO PARA O SOCIALISMO!

CONTRA A POLÍTICA DE DIREITA DO M.E.I.C.

Mobilizemo-nos, construamos a UNEP na luta

A crise capitalista não se reduz, como é obvio, ao campo da economia, ao campo onde as condições entre os explorados e os exploradores são mais agudas. As escolas não estão a funcionar nos moldes que o autoritarismo capitalista exige, e por isso não estão a cumprir o papel que lhes cabe dentro da lógica capitalista: não formam os quadros superiores da hierarquia política e económica, não formam os agentes directos e indirectos da exploração capitalista.

Isto porque, os estudantes, os professores e trabalhadores das Escolas, após o 25 de Abril, **soberam desencadear acções de desmantelamento do modo de funcionamento claramente fascista e repressivo**, acções essas que deram lugar a transformações progressistas das escolas, deram lugar a um modo diferente de gestão das escolas, indo aumentar a participação dos estudantes na vida escolar.

A OFENSIVA DA DIREITA NAS ESCOLAS

É isto que a direita quer desfazer, destruir por completo. E não só! Ela irá para além do ataque às conquistas do pós 25 de Abril... Para impôr o autoritarismo capitalista nas escolas a direita terá também que atacar as conquistas alcançadas, fundamentalmente pelos estudantes, durante o fascismo: a criação e funcionamento das Associações de Estudantes. Será que voltaremos a ter a polícia de choque, a reprimir os estudantes e gorilas dentro das escolas novamente?

O SIGNIFICADO DAS MEDIDAS DO MEIC

As últimas medidas do Ministério de Sotomaior-Cardia representam não as medidas reformistas que o programa do P.S. propõe para as escolas mas sim as que o C.D.S. e o P.P.D. propõem. Por isso o M.E.S. afirma que o sr. ministro é da direita e que isto é devido ao facto do P.S. ter cedido no campo da educação, o passo à direita. Prova disso é o C.D.S. possuir a Presidência da Comissão Constitucional para a Educação e Cultura na A.R. Isto representa a deslocação à direita do bloco de apoio ao Governo.

A tentativa de desmantelamento do modo de funcionamento das escolas do

Magistério Primário; A burla da colocação de professores para o ensino primário e secundário; o fim de disciplinas comp Introdução à Política e Ciências Sociais no Ensino Secundário; Saneamento dos elementos progressistas do FAQJ; A suspensão das actividades da DGEF; saneamento do reitor da Faculdade de Coimbra Teixeira Ribeiro; O novo decreto que visa acabar com a Gestão Democrática nas escolas; a criação de «Comissões instaladoras» nomeadas pelo MEIC para as escolas superiores consideradas «pedagógicamente degradadas» Comissões que nada têm a ver com os estudantes, professores e trabalhadores e que poderão ter como objectivo o fecho temporário das escolas, são os ataques que o MEIC desencadeou já, aproveitando ainda o tempo de férias que é um período de desmobilização das escolas.

DESENVOLVER A DISCUSSÃO E MOBILIZAÇÃO!

Perante esta ofensiva reacção do MEIC, o M.E.S. afirma que sem as AAEE e os CCDD suportados por uma gestão democrática, livremente escolhidos pelos habitantes das escolas, estas não funcionarão. O MES, mais afirma que empenhará todos os seus esforços pela defesa das conquistas alcançadas e na luta contra qualquer nova ofensiva do MEIC.

O MES alerta todos os estudantes, professores e trabalhadores para estas medidas do MEIC. **O MES apela aos estudantes, professores e trabalhadores a comparecer em massa às escolas quando se der o início das actividades escolares.** O MES apela a todas as estruturas democráticas e de massa das escolas a desenvolverem um amplo processo de mobilização e discussão de todas estas medidas.

Mas a discussão e mobilização não chegam! Nós estudantes, professores e trabalhadores teremos de lutar por garantir o carácter progressista das escolas.

Para isso há que:

Provar, mais uma vez, que as estruturas, conteúdos e modos progressistas de funcionamento das escolas são a única via de as manter em funcionamento; lutar pela defesa de autonomia pedagógica e científica das escolas face ao MEIC; lutar pela defesa da gestão democrática e dos conteúdos progressis-

tas das matérias; lutar pela defesa da avaliação de conhecimentos em moldes democráticos.

LUTAR PELA UNIDADE DOS ESTUDANTES

O MES considera ainda que sem a unidade no seio das massas estudantis

qualquer processo de luta está votado ao fracasso. Perante isto, o MES, que sempre lutou pela unidade, continuará a lutar por esse objectivo e afirma que ele só será atingido em torno das estruturas e órgãos de massa representativos dos estudantes e por eles eleitos, nomeadamente as AAEE, e da defesa dos princípios do MA: **democrática, unidade e representatividade, apartidarismo e areligiosidade.**

A natureza dos processos de luta põe na ordem do dia a edificação de uma estrutura nacional capaz de dirigir esses mesmos processos — a UNEP. A construção da UNEP não poderá nunca estar alheia às lutas que se avizinham ou então será uma estrutura de morte à nascença.

O MES apela assim à mobilização de todos os estu-

dantes revolucionários e progressistas na tarefa de criação de um poderoso movimento de massa dos estudantes, integrado no Movimento de Resistência Popular ao Fascismo e ao Capitalismo.

CONTRA A POLÍTICA DE DIREITA DO MEIC! MOBILIZEMO-NOS! PELA UNIDADE — CONSTRUAMOS A UNEP NA LUTA!



Os U.S.A. "connosco"!...

Nem só a Europa (Occidental) está com o Governo do Dr. Soares. Também começam a chegar os auxílios directos dos E.U.A. Foi agora assinado um contrato de empréstimo entre Portugal e aquele país, no montante de 11 milhões de dólares, para construção de cerca de 20 escolas preparatórias e secundárias e aquisição de equipamentos a utilizar nos cursos dados através da televisão.

Na verdade, a crescente agudização da luta de classes, a nível mundial, obriga o imperialismo a lançar mão de processos cada vez mais variados e aperfeiçoados para manter a exploração dos povos. Não basta investir para depois recolher lucros avultados. Nem sequer bastam as interferências mais ou menos descaradas e a permanente ameaça de intervenção militar. É preciso na medida do possível assegurar que os povos aceitem passivamente a dominação a que se encontram sujeitos, sem todavia os privar do mínimo de instrução e de cultura indispensável à execução de tarefas qualificadas e, por isso, mais produtivas.

Assim, as potências imperialistas, quer através dos Governos, quer através de multinacionais (como a McGraw Hill,

a General Electric, a Westinghouse, a ITT, a Ford) e de fundações por elas financiadas, estão sempre prontas a prestar «auxílios» no domínio da educação, «auxílios» esses duplamente proveitosos, já que não só respondem à exigência de qualificação da mão de obra como contribuem para propagar as ideias e valores que justificam a manutenção do poder do capital nacional e internacional.

O apoio à «recuperação» dos países que ameaçaram libertar-se do jugo imperialista passa, portanto, também, pela intervenção no domínio do ensino. Isso aconteceu, por exemplo, na Indonésia, onde, após o golpe de Suharto, um organismo do Governo americano controlou a depuração das universidades e remodelou todos os programas de ciências sociais e humanas. No Brasil, depois do golpe, de direita, foram tornados obrigatórios, em todos os níveis de ensino, os textos de estudo publicados pela multinacional norte americana McGraw Hill. No Chile a ITT abriu recentemente um estabelecimento universitário, aliás graças ao dinheiro das indemnizações pagas pela ditadura militar, relativas à Companhia dos Telefones, nacionalizada por Allende.

E agora, em Portugal, segue-se o mesmo caminho. Os termos do contrato de empréstimo são por si significativos: estabelece-se a **obrigatoriedade de constantes consultas entre Portugal e os EUA acerca do andamento do projecto**; e, mais ainda, **Portugal obriga-se a fornecer todos os relatórios que os EUA PEÇAM E A ADMITIR QUE REPRESENTANTES DO GOVERNO AMERICANO FISCALIZEM DIRECTAMENTE A UTILIZAÇÃO DADA AO DINHEIRO EMPRESTADO**

É também significativo que o empréstimo se destine ao desenvolvimento do ensino preparatório e secundário, ou seja, **à formação de mão de obra**. Torna-se cada vez mais clara a submissão, a todos os níveis, do Governo do dr Soares aos interesses do imperialismo e do capital. Como se torna cada vez mais claro que o empenho do dr. Cardia e sua equipa de trabalho em alterar os programas de ensino apenas tem em vista deles suprimir todas as matérias e noções que possam ajudar o proletariado e o povo a compreender os mecanismos da exploração de que são vítimas e contra ela definirem os processos de luta correctos e eficazes. O pluralismo ideológico que apregoam defender é

mais uma das mistificações que espalham para enganar o povo e servir o capital, é mais uma cedência às pressões internacionais e às associações de pais comandadas pelo CDS.

Não é com material vendido pelo imperialismo americano e utilizado sob a sua fiscalização não é em escolas construídas com o seu dinheiro que os filhos do povo português se formarão para continuar a luta por uma sociedade mais justa. Aprenderão, sim, o indispensável para que venham a fornecer a mão de obra qualificada e submissa de que o capital precisa.

Impõe-se denunciar estas manobras. Impõe-se pôr em evidência todas as falsas ideias e noções transmitidas na escola, contraopondo-lhes as ideias e noções que auxiliem a luta da classe operária e do povo contra a exploração capitalista.

O combate ao obscurantismo, à ignorância das massas populares, que apenas favorecem o avanço da direita, por um ensino ao serviço do povo e controlado pelas suas organizações de classe é uma das frentes — e das mais importantes — da luta contra a recuperação capitalista e a ameaça fascista, pelo Socialismo.

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA REUNIÃO ALARGADA DO COMITÉ CENTRAL

1 Mobilização e luta contra a política anti-operária e anti-popular

1. A falência da social democracia Do «Governo sem alianças» do PS à aliança mais descarada com a direita reaccionária

Passado o momento em que a mentira e a demagogia mais desenfreadas foram possíveis — as eleições para a Assembleia da República — a direcção social-democrata do PS tem vindo progressivamente a tirar a máscara. O que o programa do Governo deixava antever tem sido plenamente confirmado pela prática do Governo dito socialista e pelos discursos do dr. Soares: **uma política de compromissos e cedências à direita reaccionária, uma política de recuperação capitalista, uma política que nos coloca de joelhos perante o imperialismo numa dependência política e financeira ainda mais grave do que a que conhecemos no tempo do fascismo**

Substituindo-se à direita reaccionária, o governo dito socialista do dr. Soares põe em marcha uma política que assenta em duas ideias centrais:

Quem é responsável pela crise? Os trabalhadores!

Quem vai pagar a crise? Os trabalhadores!

Responsabilizando a classe operária e o povo por uma crise que é da responsabilidade dos capitalistas o que se pretende é abrir o caminho para a recuperação capitalista, para a resolução da crise do capitalismo português à custa da miséria, do desemprego e da fome dos trabalhadores do nosso país. Que outra posição poderia ter a direcção social-democrata do PS que desde o I Governo Provisório (tirando o V) sempre utilizou a sua posição determinante nos governos para fazer o jogo do capital e do imperialismo?

A política do Governo dito socialista do dr. Soares, política de namoro com capitalistas, fascistas e imperialistas e de ataque às massas populares e às suas conquistas, está à vista de todos com as medidas tomadas:

PREÇOS E SALÁRIOS: aumento do preço dos produtos importados. Aumento dos transportes, já, e do preço dos produtos e serviços de empresas públicas, a seguir. Aumento das rendas e de todos os preços em geral para «reanimar a economia», isto é, o capitalismo. **Quanto aos aumentos de salários?** Nem uma palavra! «Apenas» a redução dos salários com o pagamento parcial do 13.º mês em títulos, o congelamento do salário mínimo nacional que já devia ter sido actualizado há dois meses, o apoio activo ao boicote patronal da contratação colectiva e o aumento desenfreado dos impostos!

DESPEDIMENTOS: facilidades ao patronato para despedir os trabalhadores para garantir os «empreendimentos». **Quanto ao direito ao trabalho?** Promessas de mais despedimentos, seja pela aplicação de leis como o Decreto 530/76, seja pela declaração de falência das empresas em crise, seja pela entrega das empresas com intervenção do Estado aos patrões saboteadores!

PREVIDÊNCIA: aumento dos descontos aos trabalhadores e policiamen-

to das baixas. Quanto às dívidas de milhões de contos do patronato? Nem uma palavra!

REFORMA AGRÁRIA: desocupação militar de herdades para serem devolvidas, juntamente com indemnizações pagas pelos bolsos dos trabalhadores ao agrários. **Quanto aos milhares de hectares que falta expropriar à face da lei?** Palavras algumas, acção nenhuma!

NACIONALIZAÇÕES: indemnizações aos capitalistas e garantias duma gestão capitalista que coloque as empresas nacionalizadas ao serviço do lucro e não do povo português. Quanto ao controlo operário? Sairá em breve uma lei feita nas costas dos trabalhadores com que o Governo do dr. Soares espera quebrar a resistência dos trabalhadores, tão prejudicial à política de recuperação capitalista!

Cedendo à direita em toda a escala, a direcção social-democrata do PS, fortalece a ameaça fascista e as manobras da direita reaccionária que destinou ao Governo do dr. Soares apenas um papel limitado e transitório, que efectivamente a social-democracia pode mais facilmente cumprir: **a divisão do movimento popular, e muito especialmente do movimento sindical unitário, e o início de uma política anti-operária e antipopular**

Para o provar chegam as manobras feitas às claras (apenas uma pequena parte) pelos fascistas e reaccionários que preparam um Governo de direita e a consolidação da exploração capitalista à custa da dura repressão sobre a classe operária e o povo.

Quanto mais à direita guina o Governo, mais a direita reaccionária e fascista ganha arrogância e faz exigências! A exigência da demissão de Lopes Cardoso e de que não haja mais nenhuma expropriação feita pela CAP no preciso momento em que o Governo dito socialista do dr. Soares anuncia a maior provocação e, mais do que isso, a maior acção repressiva feita aos trabalhadores portugueses e à Reforma Agrária — aí está para o mostrar.

Por outro lado as sucessivas cedências à direita vão agravando as contradições no seio do PS levando a que a oposição a medidas antipopulares ou à falta de acção antifascista do Governo possa vir a contar com sectores do próprio PS.

A única «alternativa de esquerda» — o «Governo sem alianças» do PS — não passa afinal de propaganda falida já que os seus próprios votantes vão compreendendo que as alianças do PS com a direita reaccionária são cada vez mais estreitas e claras.

A opção dos compromissos e das cedências mais abertas perante as exigências da direita que o Governo dito socialista do dr. Soares fez, já serviu para mostrar a milhares de trabalhadores que este Governo nada tem de esquerda e nem sequer representa uma alternativa duradoura em relação à direita reaccionária e fascista

O CC do MES afirma a sua oposição à política de ataque às conquistas, direitos e condições de vida das

massas trabalhadoras praticada pelo Governo do dr. Soares, na luta por uma verdadeira alternativa popular para a crise do capitalismo português. O CC do MES aponta o caminho da mobilização e da luta pela única solução capaz de chamar para o lado do proletariado as classes e camadas sociais que a política do Governo do dr. Soares empurra para a direita, derrotar a recuperação capitalista e esmagar a ameaça fascista: **obrigar os capitalistas a pagarem a sua própria crise!**

2. A falência do revisionismo Da «maioria de esquerda» ao «povo unido»

A falência da política do reformismo revisionista é tão nítida como a da social-democracia, embora se tente esconder debaixo duma situação de falsa oposição à política de recuperação capitalista.

A política golpista e aventureira de direita da direcção do PCP, sempre sujeita aos interesses da política internacional do hegemonismo soviético, que teve no período que antecedeu o golpe reaccionário do 25 de Novembro o seu ponto mais elevado, levou a um real isolamento do PCP junto de significativas camadas populares e projectou-o para uma política sem qualquer proposta de luta e para uma tática de derrotas sucessivas.

Por detrás das centenas de palavras sobre a recuperação capitalista, que propostas políticas de luta consequentes e capazes de responder aos interesses, problemas e necessidades das massas exploradas e oprimidas apresenta o PCP? **Nenhumas!** Mais do que nunca a sua natureza reformista e conciliadora se torna clara à medida que as últimas acções que acompanham a defesa, em palavras, das conquistas alcançadas são os acordos tácitos do PCP à política antipopular do Governo do dr. Soares, como no caso das desocupações de herdades no Alentejo e Ribatejo.

O PCP viu ruir quase todos os objectivos que apresentou às massas (ou os que, sem apresentar, tentou alcançar).

Apontou o objectivo do milhão de votos nas legislativas e, embora tenha

subido a percentagem de votos, não foi capaz de o alcançar nem de segurar parte importante dos votos do MDP em 1975.

Apontou o objectivo do Governo de «Esquerda» PS/PC e mais não conseguiu do que ser afastado do Governo.

Falhou rotundamente nas tentativas de apresentação da candidatura de Costa Gomes e veio a sofrer a maior derrota com a reduzida votação na candidatura divisionista de Octávio Pato, apresentada para minar a unidade popular impulsionada pela candidatura de Otelo, e disfarçar o apoio crítico a Eanes.

A «Maioria de Esquerda» é hoje algo em que muitos vão deixando de acreditar à medida que as alianças à direita do PS se vão tornando mais nítidas e à medida que se vão apercebendo de que a resistência ao fascismo e à recuperação capitalista só secundariamente passa pela Assembleia da República.

A «Maioria de Esquerda» é cada vez mais o reconhecimento público do impasse e da falência da política reformista e revisionista do PCP.

A Frente Eleitoral agora constituída com o moribundo MDP é a prova mais evidente do isolamento de uma política de desmobilização sucessiva das massas, de substituição do combate de classe pela conciliação de classes, de mera ocupação de lugares no Aparelho de Estado Burguês sem nada fazer para o pôr em causa, de tentativas permanentes de controlo partidário e burocrático do Movimento Sindical, que o empurram, para uma situação de correia de transmissão das suas posições políticas partidárias e acabam por favorecer a manobra divisionista da direita e da social-democracia

O «Povo Unido» repete os erros da candidatura de Octávio Pato, lançando uma candidatura partidária e divisionista ao mesmo tempo que atrai as mais torpes provocações sobre os GDUPs, que são uma verdadeira alternativa para a organização e reforço da unidade popular. Aliás, na batalha política de intervenção nas eleições para as autarquias locais, joga-se mais do que o número de votos



Quem é responsável pela crise? Os trabalhadores! Quem vai pagar a crise? Os trabalhadores!

A alternativa popular para a crise do capitalismo português é uma exigência do nosso povo e uma necessidade histórica da luta revolucionária!

e lugares — joga-se a organização da Unidade Popular, da resistência de massas à recuperação capitalista e à ameaça fascista.

«Maioria de Esquerda» e «Democracia Rumo ao Socialismo» são os elementos centrais de uma política que não fornece às massas populares uma única arma para os combates do presente.

Para a defesa da unidade sindical e para a luta quotidiana contra a recuperação capitalista em defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações, do controlo operário, do emprego e do salário, a política do PCP fornece algumas palavras, nenhuma arma e muita desmobilização. Porquê? Porque o PCP prefere manter o controlo sobre a sua própria central do que defender a unidade sindical até ao fim, porque o PCP prefere a política das tréguas e da renúncia que só favorecem a colaboração de classes e dão força à ameaça fascista.

Face à política conciliatória do reformismo revisionista o CC do MES reafirma a sua política revolucionária e afirma que só pela luta organizada, firme e seguramente, em todas as frentes, sem concessões ao esquerdismo ou ao aventureirismo, mas desenvolvida sem tréguas ou renúncias face aos inimigos do povo, se poderá resistir e chegar à vitória.

3. A ameaça fascista O golpe militar e o golpe legal

A fase actual da luta política no nosso país caracteriza-se pela resistência popular à recuperação capitalista e à ameaça fascista no quadro duma democracia burguesa progressivamente limitada.

Assistimos a um ascenso no campo popular e no campo burguês das forças de classe em relação às forças interclassistas, das forças que defendem soluções de classe para a crise em relação às forças que defendem soluções conciliatórias. Resolver a crise em favor do capital à custa dos trabalhadores ou resolver a crise em favor dos trabalhadores à custa dos capitalistas, são as grandes opções que se defrontam.

No campo burguês, a direcção reacção e fascista portadora do projecto autoritário e repressivo de salvação do capitalismo, não tem parado de ganhar terreno à social-democracia e apresenta-se como inimigo principal da classe operária e do Povo português, conquistando sucessivas posições nas Forças Armadas e nas instituições democrático-burguesas.

O CC reafirma a análise feita na declaração do seu Secretariado de 13 de Setembro: o **golpismo militar cede o passo ao golpismo legal**. Isto, porque é à sombra da democracia burguesa, espreitando a agudização da crise económica e social, que a direita reacção e fascista (CIP, CAP, CDS, PPD) prepara pacientemente o terreno para o regime de exploração sobre o povo que ambiciona. Hoje, através da pressão para que seja adoptada legislação que regulamente à medida dos interesses capitalistas o que de progressista existe na Constituição; amanhã, através da supressão dessa mesma Constituição. Hoje, através da pressão para que seja exercida a repressão sobre a classe operária e o povo em nome da «liberdade» e da «democracia»: amanhã, para que se-

jam suprimidas à classe operária e ao povo todas as liberdades democráticas.

A ameaça fascista vai engrossando com o reforço das posições dos reacçãoários e fascistas que nas Forças Armadas silenciosamente, vão ocupando os postos de comando, da unidade militar à região militar e ao estado-maior. A ameaça fascista vai aparecendo, cada vez mais nítida, com o ódio cada vez menos escondido, dos inimigos do povo às suas organizações de classe e aos partidos que se batem na defesa das suas conquistas.

O CC do MES chama todos os explorados e oprimidos, todos os antifascistas e revolucionários, ao combate sem tréguas contra a ameaça fascista, a recuperação capitalista e a interferência imperialista, erguendo a única força que pode garantir a vitória — a força das massas populares e da unidade — e impôr a alternativa popular — a resolução da crise em favor dos trabalhadores e à custa dos capitalistas!

4. O movimento operário e popular O fortalecimento lento mas seguro da corrente revolucionária

A campanha política de massas torna-se possível pela candidatura de unidade popular do major Otelo veio mostrar a determinação de vastos sectores da classe operária e do povo na luta contra o avanço da direita reacção e fascista e a política de recuperação capitalista.

A larga aceitação do programa de unidade, organização e luta representado por Otelo e continuado pela acção de massas dos GDUPs veio mostrar que existe e ganha importância no seio do movimento operário e popular uma corrente revolucionária que encontra na resposta simultânea à necessidade de organização das massas, de organização dos activistas de base do movimento popular e da organização da vanguarda de classe, o caminho do seu robustecimento irreversível.

O relançamento do movimento de massas debaixo de uma orientação revolucionária e apontando os objectivos da unidade do povo contra o fascismo e pelo socialismo consagrados no programa de candidatura de Otelo, deve-se à força da unidade política alcançada em torno dessa mesma candidatura.

A plataforma política unitária que permitiu a candidatura de Otelo e o engrossamento do caudal das fileiras revolucionárias fez-se à custa da firmeza das posições defendidas pelo nosso Partido e de todos os que souberam compreender a importância da unidade política na fase actual da luta de classes no nosso país, isto é, os activistas independentes e os militantes de outros Partidos que, em favor da unidade, puseram de lado o sectarismo.

Encabeçando a defesa da Unidade e Unidade no seio do Movimento Sindical português, contra as manobras divisionistas da direita e da social-democracia e encabeçando na rua e nos locais de trabalho os principais focos de resistência à política anti-operária e antipopular do VI Governo continuada pelo Governo dito socialista, os revolucionários têm sabido alargar a sua influência e capacidade dirigente. A actuação dos revolucio-

nários a par da falência da política do PS e do PCP tem, assim, servido para demonstrar a fraqueza do enquadramento partidário e da mobilização das classes e camadas sociais de que esses Partidos se reclamam representantes na Assembleia da República.

O CC do MES considera que o movimento de massas desencadeado

2 Erguer o MUP construir a alternativa popular

1. Crítica para unidade

Necessidade imediata para ultrapassar as dificuldades, superar as divergências, derrotar as concepções incorrectas e criar o MUP

O Movimento de Unidade Popular, organização política de carácter frentista, popular, unitária e de massas corresponde a uma necessidade objectiva da luta política de classe do proletariado e das massas trabalhadoras do nosso país.

Iniciado com a plataforma política unitária que tornou possível a candidatura de Otelo, na qual o nosso Partido teve o papel determinante, o Movimento de Unidade Popular, continuado com o esforço de consolidação dos GDUPs encontra-se hoje numa encruzilhada decisiva.

O CC do MES considera que o balanço dos processos de preparação do Congresso — eleição de estruturas de Direcção ao nível regional e consolidação dos GDUPs — puseram a claro, até pelo confronto entre a teoria e a prática, a existência de dificuldades reais no desenvolvimento do processo de unidade e, sobretudo, a existência de concepções divergentes acerca do próprio processo de construção da Unidade Popular.

em apoio à candidatura de Otelo, a expressão eleitoral alcançada nas urnas e a natureza do deslocamento do eleitorado que ela representa, comprovam a necessidade histórica do Movimento de Unidade Popular, suporte organizado de uma alternativa popular e revolucionária para a crise do capitalismo em Portugal na sua fase actual,

Da crítica

O CC do MES considera ser seu dever, como órgão máximo de direcção de uma organização comunista empenhada com todas as suas forças na construção da alternativa popular e revolucionária para a crise do capitalismo no nosso país, tornar claras as divergências que nos opõem às outras forças políticas apoiantes dos GDUPs, junto de todos os activistas e das massas em geral.

Neste processo de unidade, que nos é imposto pelas necessidades da luta de classes e pela vontade das massas populares, as divergências que nos opõem ao PRP e à UDP/PCP(r) dizem respeito à definição da fase actual da luta de classes e à natureza do movimento de unidade popular e do próprio processo de unidade.

a) Fase actual da luta de classes

O PRP manifesta um profundo desprezo pela luta política de massas e pelas suas potencialidades na oposição ao avanço do fascismo e à recuperação capitalista. Teses como a de que a opção que está colocada a curto prazo, aos revolucionários e às massas, é entre «o confronto e a parede» e que, face a ela, «vamos ao combate decisivo, não sabemos se perdemos

ou ganhamos, mas, pelo menos, não perdemos sem lutar», demonstram uma grande incapacidade em compreender a situação política.

O PRP tem baseado a sua acção numa linha política cuja aplicação táctica se caracteriza pela permanente actualidade da tomada do poder e da insurreição. Esta posição, em manifesta contradição com a situação política objectiva e com a situação subjectiva das massas trabalhadoras, tem a sua origem na incapacidade que a direcção do PRP tem mostrado em fazer autocrítica séria em relação à táctica seguida antes e depois do 25 de Novembro.

A incapacidade de autocrítica da direcção do PRP representa, no fundo, a incapacidade de romper com o esquerdismo anarquizante e aventureiro, que tende precisamente a sobrevalorizar a eminência do golpe fascista para melhor justificar ou dar sentido à acção violenta de pequenos sectores radicalizados substituindo-se à acção revolucionária das massas.

A UDP/PCP(R) faz uma aplicação táctica radicalista da sua estratégia geral reformista e etapista que não deixa de impor, à partida, limites políticos à iniciativa e movimentação das massas populares em cada fase de luta. O radicalismo táctico da UDP/PCP(r), baseado no triunfalismo com que encara a falência do revisionismo e, sobretudo, a sua própria força política, leva-a a definir a situação política actual como uma situação revolucionária e de fluxo do movimento de massas. Para nós esta posição revela, igualmente, uma grande incapacidade em definir com correcção a actual fase de luta.

A UDP/PCP(r) baseia a sua acção numa linha política que confunde numa só questão a tomada do poder pelo Partido e a tomada do poder pelas massas trabalhadoras. Desta maneira se explica a vontade oportunista com que incentiva estruturas partidárias disfarçadas que se substituem aos órgãos populares de base (como

no caso da luta dos moradores pobres) ou se pretende representativa daquilo que nunca pode ser (como no caso da «Tribuna Operária» que, feito exclusivamente por sindicalistas da UDP/PCP(r), pretende surgir, oportunisticamente, como jornal sindical dos GDUPs ou, até, como o jornal da corrente sindical revolucionária).

A UDP/PCP(r) agita a ameaça fascista, para dar força a uma alternativa que não sabe sequer definir e que surge como viável a curto prazo: o governo antifascista e patriótico, de independência nacional, revolucionário, do 25 de Abril do Povo, popular. Tantos adjectivos mostrarão, para quem não esteja totalmente desprevenido, a grande indefinição que marca afinal a solução apresentada, reduzindo-a a um mero «slogan» propagandístico, tanto menos atractivo quanto mais exigente se torna a luta.

O triunfalismo que caracteriza a posição UDP/PCP(r) resulta do seu vanguardismo sectário que no interior, muito tem minado e estreitado o processo de unidade e servido ao PCP para, do exterior, o minar igualmente.

O CC do MES alerta todos os trabalhadores e revolucionários convictos com o perigo destas posições objectivamente desmobilizadoras das grandes tarefas da organização do Movimento Operário e Popular para responderem a um plano de manobras ameaçadoras dos fascistas e à política de exploração e opressão do capital nacional e do apoio directo do capital internacional e à custa da classe operária e do Povo.

O CC do MES reafirma que, apesar destas divergências, a unidade em torno de objectivos precisos e concretos é possível, ao mesmo tempo que afirma que a sua discussão pública e alargadamente não só é indispensável como contribuirá para fortalecer seguramente a unidade dos antifascistas e revolucionários.

b) Natureza do processo de unidade e do movimento de unidade popular

Para o MES, o processo de unidade em marcha comporta três níveis que nunca podem ser confundidos: a unidade das massas, a unidade dos activistas do Movimento Popular e a unidade dos comunistas e revolucionários.

O PRP defende a tese que o MUP comporta «quatro componentes (os órgãos populares de base, os Partidos apoiantes dos GDUPs, os GDUPs e os militantes revolucionários)» e deve dar origem a um «Partido revolucionário de massas de tipo novo». Consegue assim misturar três níveis de unidade e organização que nunca o podem ser. Com esta concepção, que passa completamente por cima das articulações entre o partido, frente a massas, o PRP não tira qualquer proveito da sua atitude justa e honesta de considerar em causa os três níveis de unidade e, misturando-os num só saco, acaba por prejudicar o desenvolvimento do processo de unidade.

Duas questões centrais mostram a incorrecção da posição do PRP.

Primeiro: As organizações populares de base, os órgãos democráticos de massa não se podem confundir ou fundir organizativamente com qualquer organização política, tenha ele carácter frentista ou partidário, já que



são órgãos autónomos das massas e, por isso mesmo, exclusivamente dependentes da assembleia que os elegeram e pode revogar.

Segunda: a base de acordo político para a criação de uma organização de carácter frentista e a base de acordo político para a fusão de organizações ou criação de um Partido revolucionário são coisas completamente diversas e exigem processos de resolução de contradições e divergências inteiramente diferentes. A candidatura de Otelo abriu, em termos de movimento de unidade popular, o caminho para o primeiro tipo de acordo.

Estes são os dois aspectos centrais que os camaradas do PRP devem compreender para poderem dar o seu valioso contributo ao processo de unidade.

A UDP/PCP(r), levando em conta a sua teoria e também a sua prática, concebe o Movimento de Unidade Popular como a frente de massas de um Partido — o PCP(r) — e o processo de unidade como um processo destinado a engrossar as fileiras da UDP e a mudar-lhe o nome para MUP. Com efeito, a UDP/PCP(r) defende uma proposta organizativa para os GDUPs e o MUP e aplica uma táctica nos processos eleitorais que não nos deixam tirar qualquer outra conclusão.

Defender a constituição de uma frente popular de massas, fluida do ponto de vista organizativo (sem uma distinção clara entre os seus activistas e as massas, antes defendendo que os GDUPs «devem enquadrar as amplas massas») é defender uma concepção organizativa que tem um efeito e uma intenção.

Um efeito: impedir a criação de uma direcção política própria e autónoma para o Movimento de Unidade Popular baseada nos dirigentes das lutas das massas exploradas nas fábricas, bairros, empresas e herdades.

Uma intenção: criar as condições para que a direcção se exerça do exterior e pertença, de facto, a um Partido — neste caso o PCP(r)

A táctica desenvolvida nos processos eleitorais para as estruturas de direcção dos GDUPs pela UDP/PCP(r) tentando marginalizar elementos independentes e militantes dos outros Partidos apoiantes dos GDUPs para assegurar uma maioria numérica que jamais se poderá confundir com hegemonia política, veio abrir caminho a esse efeito e confirmar essa intenção.

A UDP/PCP(r) apenas reconhece a necessidade de contemplar neste processo uma mistura do primeiro e segundo níveis (unidade e organização das massas, unidade e organização dos activistas do Movimento Popular) cometendo, à sua maneira, o mesmo erro do PRP. Esta posição da UDP/PCP(r), ao reconhecer apenas estes dois níveis de unidade, prejudica gravemente o desenvolvimento do processo de unidade lançando no seu seio o vanguardismo e o sectarismo. Qual a raiz desta posição da UDP/PCP(r)? Autoconsiderar o PCP(r) como o Partido da classe operária, Partido revolucionário e proletário.

O MES, como organização comunista, não considera nem reconhece o PCP(r) como o Partido da classe operária, Partido proletário e revolucionário, nem sequer como seu embrião.

Porquê? 1.º Porque o seu processo de constituição — que se concluiu, curiosamente, num período de refluxo e derrota do movimento de massas (o período imediatamente a seguir ao golpe reacçãoário do 25 de Novembro) — se unificou a maioria dos elementos da chamada corrente «m-l», em nada se assemelhou a um verdadeiro processo de unificação política e organizativa dos comunistas.

2.º Porque esse Partido, porque lutam todos os verdadeiros comunistas, não se autoproclama, como vanguarda de classe. Constrói-se, sobretudo, na luta de massas, ganhando a sua direcção e organizando os melhores e mais destacados lutadores da classe operária e do povo.

3.º Porque a constituição do Partido Revolucionário da Classe Operária representa o golpe decisivo e irreversível na influência de massas do revisionismo que está muito longe de ter sido dado em Portugal e só avançará com a correcta ligação do processo de unificação dos comunistas e revolucionários, com o processo de consolidação e desenvolvimento da unidade popular.

4.º Porque o Partido da Classe Operária tem de ter na sua direcção os mais destacados dirigentes da classe operária, por ela reconhecidos, o que manifestamente não acontece com o PCP(r) que antes mostra um profundo obreirismo, próprio da pequena burguesia radical, ao mesmo tempo que se remete para uma situação de semiclandestinidad que tem como resultado levar muita gente a tomar a propaganda pela realidade.

5.º Porque o PCP(r) defende uma linha política que não rompeu com o reformismo nos seus aspectos essenciais. Como na relação entre o Partido e as massas e o Partido e os sindicatos, em que o controleirismo é a maneira de assegurar a direcção. Como na concepção geral da transição e da tomada do poder em que o etapismo domina e o exercício do poder pelas



Existe e ganha importância no seio do movimento operário e popular uma corrente revolucionária que encontra na resposta simultânea à necessidade de organização das massas, de organização dos activistas de base do movimento popular e da organização da vanguarda de classe, o caminho do seu robustecimento irreversível

RESOLUÇÃO (cont.)

massas não surge como uma arma mortal na destruição do aparelho de Estado burguês.

O CC do MES aponta a todos os revolucionários e antifascistas a necessidade histórica da consolidação do Movimento de Unidade Popular que passa pela batalha da organização e da luta, pela unidade e pela crítica sistemática aos métodos de trabalho e às concepções inimigas da unidade. Só a vitória nesta batalha, em que os militantes do nosso Partido se encontram profundamente empenhados, pode salvaguardar a unidade pelo fortalecimento e alargamento dos GDUPs em íntima ligação com os interesses das massas exploradas do campo e cidade do nosso país.

Para a unidade

O CC do MES reafirma que lutará com todo o vigor para que o Movimento de Unidade Popular seja uma organização política, unitária, popular e de massas, aberta a todos os antifascistas e revolucionários com ou sem Partido e com programa, organização e direcção próprios e autónomos!

O CC do MES reafirma que o MUP não será uma Frente de Partidos, nem a Frente de um Partido, nem, muito menos, o embrião de um Partido!

O CC do MES reafirma que esta é a única maneira de responder à exigência de unidade da classe operária e do povo e de organizar e consolidar a corrente revolucionária que existe no movimento de massas, de maneira a afirmar-se como corrente independente, com papel insubstituível na vida política e na luta revolucionária no nosso país!

O CC do MES chama todos os seus organismos, militantes, aderentes e simpatizantes e apela a todos os homens e mulheres independentes que trabalham nos GDUPs, aos activistas com ou sem Partido, a darem um combate sem tréguas a todas as mifestações de vanguardismo sectário e de esquerdismo anarquizante no seio dos GDUPs e o máximo da sua dedicação às tarefas da unidade!

O CC do MES, reafirmando o profundo empenhamento do nosso Partido neste processo de unidade, relembra a declaração do seu Secretariado de 4.8.76 onde se dizia que nenhuma das forças políticas apoiantes dos GDUPs, incluindo o próprio MES, se encontra em condições para chamar a si o exclusivo de direcção do Movimento de Unidade Popular sem grandes riscos de estrangulamento e matar à nascença a confiança depositada na candidatura de Otelo por largas centenas de milhares de trabalhadores!

O CC do MES, ao assumir esta posição pública de crítica, aos desvios sectários e anarquizantes no seio do Movimento de Unidade Popular, é movido por um forte espírito de unidade e reafirma que a unidade não se constrói escondendo as divergências, mas pelo contrário, debatendo-as politicamente.

O CC do MES considera que não serve os interesses das massas abrir uma ruptura no seio do processo de unidade, tal como não reforça a unidade a substituição do debate político aberto pela calúnia, pelo veneno sectário espalhado nos bastidores dos GDUPs, tal como mina a unidade, a política de grupo que reduz o alcance e a dimensão da unidade popular.

O CC do MES considera que as divergências, as práticas incorrectas de trabalho, não podem servir para acirrar o sectarismo e a guerra partidária. É pondo claramente os proble-

mas e discutindo-os nas estruturas de unidade popular, é substituindo a desconfiança sectária pela camaradagem política, é ligando o debate político à resolução dos problemas imediatos das massas populares, é sabendo aprender com o povo e resolvendo no seu seio as contradições, que se erguerá em bases sólidas o Movimento de Unidade Popular.

O CC do MES reafirma a determinação de todos os seus militantes na tarefa de unir e organizar todos os comunistas e revolucionários erguendo, em estreita ligação com a luta de todos os dias do povo português contra a exploração e opressão, o Partido Revolucionário da Classe Operária; a direcção consequente de classe capaz de unir o nosso povo e derrotar o fascismo, o capitalismo e o imperialismo.

2. O MUP é uma exigência do povo trabalhador

Saber estar à altura das responsabilidades

O CC do MES considera necessário lutar pela criação, organização e reforço do MUP. Reafirma ser essa a única posição que corresponde às responsabilidades adquiridas pelos revolucionários e comunistas perante a classe operária e o povo. Aponta esse caminho como o único que permitirá travar o passo à direita reaccionária e fascista e dotar o movimento operário e popular de uma organização cada vez mais capaz de fazer face à política de alianças à direita do PS e à política de traição dos revisionistas.

O MUP jamais se poderá confundir com o somatório dos militantes e simpatizantes das organizações políticas que o apiam. O MUP, como organização política unitária, popular e de massas, deverá constituir um instrumento de organização de todos os revolucionários e de todos os activistas antifascistas, seja qual for o Partido em que estejam filiados, estejam ou não filiados em qualquer Partido. A salvaguarda deste objectivo exige que seja assegurada a forte presença e representação dos activistas sem Partido nas estruturas de direcção do MUP e daqueles que, ainda se encontrando filiados em Partidos reformistas tenham demonstrado, pela sua acção no seio dos GDUP, real capacidade dirigente e empenhamento combativo.

O CC do MES reafirma com vigor que o MUP não poderá ser uma frente de Partidos, nem de modo algum com estes confundir-se.

O CC do MES considera, no entanto, que na actual fase é indispensável assegurar a presença e representação das organizações políticas apoiantes nas estruturas de direcção do MUP, não para impedir a criação de uma direcção própria e autónoma mas exactamente para garantir que ela veja a luz do dia. Com efeito, existindo correntes políticas divergentes no seio do processo de unidade dos revolucionários e antifascistas, a representação partidária é indispensável para garantir o seu prosseguimento e reforço e uma das armas capaz de impedir as tentativas de controleurismo partidário do MUP.

Assegurar o debate e a confrontação das diferentes perspectivas políticas, para que as divergências sejam superadas e níveis superiores de unidade e organização sejam alcançados e, ao mesmo tempo, empe-



nhar todos os esforços para que os GDUPs se desenvolvam no seu terreno privilegiado, as fábricas, as herdades e os bairros pobres: eis o caminho

que todos os que querem saber estar à altura das responsabilidades já contraídas junto do povo trabalhador têm que seguir

3 Consolidar a unidade nas batalhas que se avizinham

1. Que o empenhamento do nosso Partido nos GDUPs se tome ainda maior para que os GDUPs se liguem estreitamente às massas

As dificuldades que se erguem no caminho da construção do Movimento de Unidade Popular e as manobras golpistas, sectárias e antidemocráticas que se têm feito sentir no seio dos GDUPs só podem ter uma resposta por parte dos comunistas e revolucionários: o combate ao demissionismo e o reforço do empenhamento militante.

Este é o caminho que o CC do MES aponta a todos os seus militantes, aderentes e simpatizantes.

A arma decisiva no combate a todas as formas de sectarismo, a todas as concepções que conduzem ao afundamento da Unidade, é o alargamento dos GDUPs nas fábricas e bairros pobres, a inversão da base social e política actual dos GDUPs.

Do ponto de vista social há que inverter a situação actual. O MUP tem de se basear numa maioria de activistas proletários e não de elementos da pequena burguesia. O MUP tem de ter nos postos de comando activistas que sejam dos melhores lutadores da classe operária e do povo e não uma preponderância da pequena burguesia nas estruturas de direcção.

Do ponto de vista político há que inverter, igualmente, a situação actual. O MUP tem de se basear num corpo de activistas em que os homens e mulheres sem Partido ou descontentes com a política dos Partidos reformistas tenham um peso decisivo. O MUP não se poderá erguer apenas na base dos militantes e simpatizantes das organizações políticas apoiantes dos GDUPs.

Que cada militante do nosso Partido seja um dinamizador da unidade popular!

Que cada militante do nosso Partido seja um combatente no alargamento dos GDUPs às fábricas e bairros pobres, aos homens e mulheres sem Partido ou desiludidos com a política do seu Partido!

Que cada militante do nosso Partido saiba responder aos golpes antidemocráticos com a democracia da ligação às massas, ao apontar dos objectivos de luta para responder aos problemas mais sentidos em cada fábrica ou bairro, empresa ou herdade.

Que cada militante do nosso partido saiba responder ao sectarismo que es-

preita perigosamente a dimensão da unidade com a defesa intransigente da mais ampla unidade na base a todos os níveis, dos GDUPs aos órgãos populares de base, das listas para as autarquias à intervenção sindical.

O CC do MES chama a atenção de todos os camaradas para a batalha da organização do nosso Partido. Ela é a chave do reforço do nosso empenhamento nos GDUPs e só o reforço do nosso empenhamento nos GDUPs pode, na fase actual, permitir a ultrapassagem das reais dificuldades que existem para o desenvolvimento do processo de unidade por um lado, e uma intervenção revolucionária e verdadeiramente unitária nas batalhas das autarquias locais e do Congresso dos Sindicatos sem deixar de lado a luta de todos os dias contra a recuperação capitalista e a ameaça fascista, por outro lado.

O CC do MES chama todas as células, e organizações do nosso Partido, todos os militantes e aderentes, a dedicarem a máxima energia à batalha intensa da organização e aos seus objectivos comuns: a aplicação, da base ao topo, do centralismo democrático, a proletarianização do partido e a íntima ligação às massas populares.

2. Fomar listas de unidade popular para a batalha das eleições para as autarquias locais

As eleições para as autarquias locais constituem uma importante batalha política que ultrapassa largamente a questão dos votos e dos lugares nas freguesias e municípios.

Impedir uma vitória das manobras da direita reaccionária e fascista que espera ganhar fortes posições na administração local à custa do descontentamento popular é um dos objectivos centrais nesta batalha. Para o alcançar é necessário erguer uma verdadeira alternativa às manobras da direita e à chantagem social-democrata aplicando o princípio simples de que o povo, unido e organizado, sabe melhor do que ninguém resolver os seus próprios problemas.

Defender e fortalecer os órgãos populares de base, que têm um importante papel a desempenhar neste processo, é outro dos objectivos centrais. Para o alcançar é necessário que as experiências concretas das comissões de moradores e de outros órgãos populares de base no quadro das assembleias populares se convertam em programas de luta. É necessário que as

CONGRESSO DOS SINDICATOS sobre o regulamento

Continuamos a apresentar a alternativa em discussão do projecto de regulamento do Congresso dos Sindicatos:

— ORDEM DE TRABALHOS (Art.º 16.º)
Alternativa dos Rodoviários Setúbal e Ourives Sul; não poderá haver um período em que são alterados os estatutos da Intersindical para abrir o Congresso a todos os Sindicatos.
F — INÍCIO DO CONGRESSO (Art.º 17.º)

Alternativa dos Têxteis do Sul, Rodoviários Setúbal, Ourives Sul e Comércio Santarém; começa com maioria simples de delegados presentes e não com a presença dos sindicatos representativos da maioria dos trabalhadores sindicalizados.

G — APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS SOBRE ESTATUTOS; PROGRAMA E LEI SINDICAL EM PLENO CONGRESSO (Art.º 19.º)

Alternativa dos Têxteis do Sul, Rodoviários de Setúbal, Ourives Sul e Comércio Santarém; subscritas por 50 delegados e não por Sindicatos que representem 1/10 dos trabalhadores sindicalizados.

H — VOTAÇÃO (Art.º 23 e 24.º)

Alternativa dos Têxteis Sul, Rodoviários Setúbal, Ourives Sul e Comércio Santarém:

a) Nominal e pública aprovada pelo Congresso a requerimento de 50 delegados e não por sindicatos representando 1/10 dos trabalhadores sindicalizados.

b) 1 delegado — 1 voto e não votação colectiva por sindicato.

I — FUNDOS (Art.º 26.º e 27.º)

Alternativa dos Rodoviários Setúbal:

a) Inclui o saldo do exercício da Intersindical nos fundos do Congresso.

b) Os encargos adicionais serão cobertos na base dos delegados e não na base dos trabalhadores sindicalizados.

A BATALHA PELOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS E REVOLUCIONÁRIOS NO REGULAMENTO DO CONGRESSO

A discussão do regulamento por todos os trabalhadores é um momento de enorme importância para o qual os revolucionários só podem aplicar uma tática:

1.º Encabeçar as alternativas revolucionárias ao projecto anti-democrático do Secretariado da Intersindical.

2.º Chamar à discussão e à participação as amplas massas trabalhadoras, ligando o Congresso à luta imediata contra a exploração e a miséria,

com especial relevo para os elementos e Sindicatos debaixo da influência socialdemocrata.

3.º Chamar às posições democráticas e revolucionárias organizando-os, os sindicalistas independentes.

4.º Desenvolver uma campanha sistemática e em força de divulgação das posições revolucionárias apresentando-as como alternativas à socialdemocracia e ao revisionismo.

1. REPRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO

Está à a questão essencial de todo o projecto de regulamento pois é ela que decidirá entre um Congresso de Direcção ou um congresso de trabalhadores, um Congresso cupulista ou um Congresso democrático, um Congresso para a luta ou um Congresso para a conciliação.

Em relação à representação e votação, dois princípios e duas alternativas se opõem: dum lado temos o princípio anti-democrático do Secretariado da Intersindical segundo o qual as delegações dos sindicatos são maioritariamente composto por membros dos corpos gerentes e o voto é colectivo por sindicato de acordo com posição maioritária em cada delegação; ou outro lado temos o princípio democrático e revolucionário segundo o qual as delegações dos sindicatos são maioritariamente compostas por trabalhadores eleitos para delegados do congresso e o voto é individual (1 delegado — 1 voto). Dum lado temos a redacção do projecto base que é do Secretariado da Intersindical do outro a alternativa apresentada pela direcção do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Ves-

tuário do Sul) já que todas as outras alternativas não conseguem articular correctamente a questão da representação com a da votação, embora no geral defendam princípios aproximados aos da alternativa dos Têxteis do Sul).

Como e porquê se devem defender os princípios democráticos e revolucionários e a alternativa da direcção dos têxteis do sul?

a) A grande questão é saber quem é maioria na representação de cada sindicato: os representantes da Direcção ou os delegados eleitos na base? A resposta é clara: a única posição democrática e revolucionária é a que defende que a maioria é composta pelos delegados eleitos na base tal como aponta a alternativa dos Têxteis do Sul.

b) Qual é a alternativa que garante maior número de delegados eleitos na base e, portanto, maior representatividade política, sindical e de classe (os elementos dirigentes nas fábricas e empresas) nas delegações de cada Sindicato ao Congresso? A resposta é clara: é a alternativa dos Têxteis do Sul.

c) A questão de maleabilidade da forma de eleição dos delegados deve ser salientada em relação às outras alternativas, do seguinte modo: 1.º A forma de eleição é decidida pelos próprios trabalhadores e não pelas direcções como quer o Secretariado da Intersindical. 2.º Da assembleia geral à reunião geral de sindicatos, à assembleia de empresa ou sector e ao próprio processo que Rodoviários e Ourives apresentam, todas estas maneiras de eleição podem ser aplicadas de acordo com as características de cada Sindicato e a vontade dos trabalhadores.

d) A votação colectiva é anti-democrática porque: 1.º silencia as posições minoritárias e a voz que vem dos locais de trabalho, 2.º tira qualquer significado à eleição de delegados na base que fariam figura de verbos de encher ao lado dos dirigentes que tudo decidiram.

e) Votação colectiva ou votação individual é a grande questão; a única posição democrática e revolucionária é a que defende o voto individual: 1 delegado — 1 voto.

f) A única alternativa válida no seu conjunto é a dos Têxteis do Sul, já que aplicando este princípio respeita (pela alternativa apresentada na representação) o peso relativo de cada Sindicato não favorecendo ou desfavorecendo nenhum em número de votos. Com efeito a proposta dos Têxteis do Sul é a única que aplica na representação e votação o critério da proporcionalidade em relação ao número de trabalhadores sindicalizados.

g) Todas as outras propostas tem desarticulações entre representação e votação que a tornam indefensáveis, a saber: 1.º *Secretariado da Intersindical*: Como a representação não é proporcional a única saída é agravar ainda mais o carácter anti-democrático do seu projecto e defender a votação colectiva, isto é, temos aqui uma posição duplamente antidemocrática.

2.º *Rodoviários, Ourives e Comércio*: não respeitam a proporcionalidade (em maior ou menor grau) na representação pelo que se torna indefensável depois, o princípio de 1 delegado — 1 voto.

Vejamos através dum exemplo concreto como tudo isto se passa de acordo com cada alternativa:

Alternativa	Sindicato A (70 000 trabalhadores)			Sindicato B (20 000 trab.)			Sindicato C (6 000 trab.)		
	Delegados			Delegados			Delegados		
	Direcc.	base	votos	Direcc.	base	votos	Direcc.	base	votos
Têxteis sul	16	19	35	6	9	15	1	2	3
Soc. Inter.	5	4	70	4	3	30	3	2	6
Rodoviários	8	15	23	4	7	11	2	2	4
Ourives	3	15	18	3	7	10	3	2	5
Comércio	2	14	16	2	6	8	2	1	3

Como se vê a única alternativa que torna possível a aplicação do princípio 1 delegado 1 voto é a dos Têxteis do Sul. Basta ver que segundo a proposta dos Rodoviários de Setúbal o conjunto dos delegados do Sindicato A que tem 13 vezes mais trabalhadores sindicalizados do que o Sindicato

C teria apenas 6 vezes mais votos que o conjunto dos delegados do Sindicato C, por um lado, e que, e isto é o mais importante, quer a proposta dos ourives quer a do comércio de Santarém quer a dos rodoviários de Setúbal não garante o princípio da maioria dos de-

legados eleitos na base sobre os representantes das direcções ou corpos gerentes para a maioria dos sindicatos (veja-se o caso do Sindicato C em que os representantes das direcções estão em maioria ou igualdade em relação aos delegados eleitos na base).

BREVE

Do «Bandeira Vermelha» de 8 de Novembro de 1976, órgão do PCP(r)



Vista do PCP (R) e o grito destas mulheres trabalhadoras de Viana do Alentejo

1. Sem comentários!



Brejnev, Castro e Cunha três peças importantes na montagem da campanha de mentiras contra a República Popular da China

2. Será apenas cegueira — provocada por um seguidismo acéfalo em relação às posições reaccionárias da política externa chinesa — o que faz com que o PCP(r) meta no mesmo saco dirigentes revisionistas e Fidel Castro, o dirigente revolucionário de Cuba?

Tal mixórdia faz lembrar as fotomontagens do «Jornal Novo».

Cair em posições de direita é o perigo que se corre quando se perde de vista o inimigo principal.

RESOLUÇÃO (cont.)

experiências de poder popular se transformem em guias para a intervenção e utilização revolucionárias das estruturas democrática-burguesas da administração local. É, finalmente, necessário que a independência dos órgãos populares de base em relação ao aparelho de Estado burguês saia reforçada pela sua afirmação como órgãos representativos das populações e defensores na prática das soluções populares para os problemas locais dos trabalhadores do nosso país.

Consolidar e alargar a unidade popular em todo este processo é outro objectivo central. Para o alcançar é necessário que os GDUPs desempenhem o seu verdadeiro papel de alternativa ao fascismo e ao capitalismo; é necessário que os GDUPs não se substituam aos órgãos populares de

base, antes contribuam para fortalecer a sua acção, e criem condições para que as listas de unidade popular sejam uma realidade dentro da mais ampla unidade de base, derrotando todas as tentativas de divisionismo partidário.

O CC do MES defende estes objectivos e aponta o caminho das listas de unidade popular para os alcançar.

A posição do MES em relação às eleições para as autarquias locais será pois a seguinte:

1.º O MES não apresentará listas próprias;

2.º O MES não participará, enquanto Partido, ou através de militantes ou aderentes seus, nas listas da Frente Eleitoral do PCP — «PU» — listas que considera como divisionistas e partidárias, contrárias à ampla unidade de massas que é necessário erquer

contra as ameaças da direita reaccionária e fascista;

3.º O MES incentivará e apoiará todas as listas de unidade popular que se constituírem;

4.º O MES dará, no seio dos GDUPs, combate a todas as manobras da burguesia encontrando aí as soluções para ultrapassar os entraves legais e tornar possível a apresentação de listas de unidade popular.

As listas de unidade popular que o MES defende, incentivará e apoiará, são listas que só podem nascer de processos de discussão amplos e abertos. As listas de unidade popular não se confundem com as listas partidárias do «Povo Unido», cozinhadas à margem das populações. As listas de unidade popular só podem resultar da discussão democrática em amplos plenários de moradores que devem aprovar os programas de luta a apresentar e escolher os elementos mais capazes para os defenderem. As listas de unidade popular poderão assim realizar a mais ampla unidade de base

e apresentar os homens e mulheres que mais se destacaram na luta do povo e, por isso mesmo, são reconhecidos como os melhores combatentes em cada localidade e região.

O papel dos GDUPs é o de torna realidade o maior número possível de listas de unidade popular. As experiências legais não devem levar a um fecho dos GDUPs sobre si próprios que daria, de novo, livre curso ao eleitoralismo já manifestado na candidatura de Otelu. Neste campo há que forçar e utilizar a possibilidade da apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos, para as freguesias.

O CC do MES chama todos os seus militantes e aderentes a darem o máximo do seu esforço e energia para que estes objectivos sejam cumpridos, as listas de unidade popular sejam uma realidade e os GDUPs se alarguem e consolidem.

UNIDADE ORGANIZAÇÃO E LUTA

O Comité Central do MES

VILA REAL

Um hospital que é um armazém de doentes!

O Hospital de Vila Real não tem um mínimo de condições para que o direito à saúde e assistência médica seja uma realidade no nosso distrito.

Um Hospital com um quarto de banho para 50 doentes, paredes meias com a copa, enfermarias geladas no Inverno e excessivamente quentes no Verão, sala de partos que não é senão um tabique de madeira no meio de uma enfermaria, com uma enfermaria de partos cheia de ratananas e percevejos que não pode ser evacuada por falta de espaço para meter as parturientes ou grávidas às quais não se pode fechar as portas, com refeições mal confeccionadas, servidas em loiças de alumínio, transportadas à cabeça das empregadas sem qualquer resguardo e muitas vezes sem talheres para todos os doentes;

Um hospital que é uma autêntica ratoeira em caso de incêndio com a única saída e feito em madeira, hospital sem camas em número suficiente, sem médicos em número suficiente que provoca bichas de doentes que se mantêm acumulados no átrio da entrada;

Um hospital do qual partem para o Porto ambulâncias num vai-vem constante por falta de equipamento e falta de determinadas especialidades, uma «sala de operações» onde até os ratos passariam;

Um hospital nestas condições não é mais que um armazém de doentes

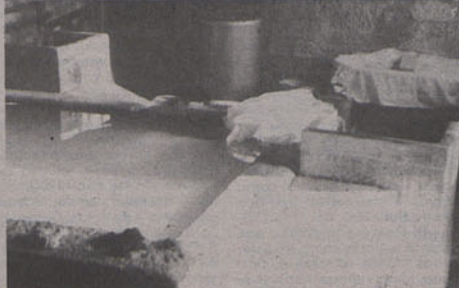
Estes factos são denunciados em comunicado de um grupo de trabalhadores do Hospital de Vila Real.

Entretanto, esta incrível situação (infelizmente frequente, entre nós) bem poderia estar já resolvida. Um moderno edifício destinado a hospital está praticamente pronto, mas, incompreensivelmente, as obras pararam!

Voltamos ao comunicado a que nos vinhamos referindo:

E em Vila Real há já um hospital praticamente pronto.

O Hospital de Lordelo está parado e este facto custa ao povo cerca de 15 contos



... entretanto os doentes são amontoados num edifício sem condições, onde a lavandaria consiste no tanque que a gravura reproduz!

por dia. Há cerca de dois anos que as obras do Hospital de Lordelo estão paradas.

Segundo o plano aprovado, o Hospital de Lordelo é um Hospital Modelo com enfermarias de 6 e 4 camas com quarto de banho para cada enfermaria e uma lotação de 596 camas, muito maior do que o hospital que está a funcionar (que tem 190 camas).

Se as obras se reiniciassem, já, dentro de poucos meses o Hospital de Lordelo seria uma realidade para o povo transmontano.

Por cada semana que passa centenas de doentes são prejudicados.

Hospital de Lordelo a funcionar?

Face a esta situação trabalhadores do Hospital de Vila Real reunidos em 29.9.76 aprovaram levar para a frente a exigência da abertura e funcionamento do Hospital de Lordelo no mais curto espaço de tempo possível.

O GDUP de Vila Real estão solidários com estes objectivos e propõem-se dinamizar os trabalhadores e mobilizá-los para a luta.

A Comissão Concelhia de Vila Real dos GDUP's afirma em comunicado:

Em cada aldeia, em cada bairro, em cada empresa ou fábrica, criemos Comissões de Luta pela abertura do hospital de Lordelo

Os GDUP's apoiam a justa luta dos trabalhadores do Hospital de Vila Real, expressa no seu comunicado à população, e afirmam que essa luta é a luta de todo o povo pelo DIREITO À SAÚDE! Nesse sentido há que formar em cada local de habitação e trabalho, comissões de luta que expressem a vontade do povo em tomar nas suas mãos a satisfação de um direito sagrado.

Os GDUP's fazem sua esta reivindicação e propõem-se incentivar a formação de comissões de luta pela abertura, no mais curto espaço de tempo, do Hospital de Lordelo.

Por um hospital digno do povo a quem serve!

Por melhores condições para os trabalhadores e doentes do hospital!

O povo vai lutar, hospital de Lordelo a funcionar!

BRAGANÇA

do mito Pires Veloso à realidade do Nordeste transmontano

A burguesia quer fazer-nos crer que Pires Veloso é o homem do Norte Transmontano, o homem do Cachão, etc. O reaccionário e clerical jornal «O Mensageiro de Bragança» — que se apoia nas mesmas forças políticas que procuraram evitar a tomada de posse do novo governador civil P.S. — ensaiou um projecto de manifestação que mais não seria que uma nova instrumentalização do povo trabalhador outrora utilizado como romeiro de velhas personagens do regime fascista.

Nenhum dos grandes partidos tem aqui implantação real e se votos conseguem — apesar da progressiva percentagem de abstenções obtidas — tal se deve ao caciquismo e grau de promessas dos seus chefes políticos que depois de eleitos nada fizeram pelos que os elegeram.

Campeia pois a reacção onde P.P.D., C.D.S. e outros não se distinguem. O P.S. é impotente e como acontece noutros lugares (Madeira, Açores) cede o seu lugar à direita embora no seu seio existam homens de esquerda e verdadeiros socialistas.

Recentemente o embaixador imperialista Carlucci passou por estas terras cumprimentando autoridades e prometendo ajudas externas para melhoramentos como se de um ministro do actual Governo se tratasse.

Que diriam certas forças políticas se outros embaixadores noutras regiões do País promettessem o mesmo?

Falamos em independência mas dão-nos dependência.

Os poucos grupos culturais existentes não são devidamente apoiados. Os médicos que tão necessários são nestas regiões não aparecem. O apoio aos camponenses não vem e continuam a conhecer os mesmos padrões que antes, do 25 de Abril.

Os projectos de industrialização são tímidos e de resultados duvidosos.

A Igreja está aqui bem presente, velha e tradicionalista na sua esmagadora maioria.

O povo que no princípio apoiou os retornados vi-

ra-se hoje contra eles pois vivem com regalias que eles nunca tiveram.

Os gados e os vinhos são vendidos a baixo preço e sempre aos mesmos grandes proprietários. O associativismo entre os camponeses está pouco desenvolvido apesar de hoje muitos esforços se conjugarem neste sentido.

Aproximam-se as eleições para as autarquias e a luta entre caciques do P.P.D. e do C.D.S. vai-se accentuar. A Igreja ajudará pluralisticamente a escolha. O P.S. dificilmente arranjará candidatos para todos os lugares e muito menos o Povo Unido (P.C.P./M.D.P.).

A esquerda revolucionária, diminuta e dispersa procura formas de unidade num terreno em que o sectarismo não deve existir. Isolada por algumas aldeias do distrito não morreu, vive da energia e da combatividade de muitos camponeses e trabalhadores que diariamente procuram alertar os seus camaradas de trabalho para as condições de exploração em que vivem, incentivando-os ao associativismo e à luta contra os caciques, a partir de casos bem concretos.

Região onde a base de implantação dos grandes partidos burgueses vai caindo por terra, é enorme a responsabilidade dos revolucionários em não deixarem cair para o desânimo, gerador de posições enquadradas pelos sectores mais reaccionários e fascistas, essa massa enorme de camponeses que não viu o 25 de Abril chegar até eles por sucessivos erros de militares e civis que pelo poder têm passado.

Alerta pois revolucionários!

.. Não à divisão Norte-Sul proposta pela burguesia!

.. Sim à unidade entre os trabalhadores do Norte e do Sul, das fábricas e dos campos!

Não mais a um Nordeste de mitos e caciques!

Sim a um Nordeste de trabalhadores unidos e organizados!

proveito do mesmo. Porque? A resposta é simples: se a maioria tivesse optado, ou seja, tivesse caído na esparrela, poderíamos então dizer que os trabalhadores não querem os Sindicatos. Isto é o que eles queriam, mas felizmente o nosso povo não é assim tão cego. Quer as USFORAZ queiram ou não, os trabalhadores da Base querem os Sindicatos. É dever de

todos nós, os trabalhadores, lutarmos para que em breve os nossos sindicatos possam vir à base resolver os nossos problemas, porque só os Sindicatos são os legítimos representantes dos trabalhadores. Assim diz a Constituição e nós somos Portugueses.

Um grupo de trabalhadores da USFORAZ da União Administrativa de Sindicatos de Angra 24/9/76



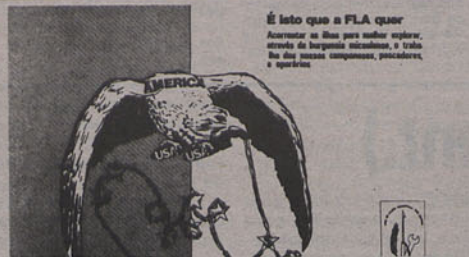
No Hospital Novo (Lordelo) as obras estão paradas há 2 anos...

AÇORES

As manobras continuam!

Que calamidade é esta? Amigo trabalhador das Forças Americanas das Lages, é tempo de acordarmos. Que tipo de cidadãos somos nós? Será que não somos portugueses tal como os nossos irmãos do Continente?... Que calamidade é esta? Será que a lei constitucional não é aplicável aos trabalhadores das USFORAZ? Afinal quem faz algo por nós já que nós nada podemos fazer por não termos na Zona Aérea quem salvaguarde os nossos mais elementares direitos? Porque não entram os Sindicatos na

Base? Achamos que merecemos uma explicação, já que mais não seja. Achamos que não é pedir muito. Apenas se pretende que as leis constitucionais sejam extensivas aos trabalhadores da Base das Lages. Ou será que pelo facto de trabalharmos dentro de uma unidade militar perdemos todos os nossos direitos civis? Isto não pode ser. Temos que agir. Temos que exigir ao governo central que salvaguarde os nossos mais elementares direitos, porque ao fim e ao cabo também somos portugueses. Não podemos



permitir por muito mais tempo que seja o comandante da Zona Aérea e o general americano a decidirem por nós. Afinal quem é que lhes passou procuração para serem e disporem em assuntos que só a nós dizem respeito? Acorda trabalhador. Não achas que 48 anos de repressão e fascismo foram suficientes? Junta-te a nós. Temos que acabar com todas as manobras anti-trabalhador. Aqui cabe uma referência à nossa entidade patronal, as USFORAZ: Não há muito tempo que as USFORAZ fizeram uma jogada

que merece o rótulo de «suja» que convenceu alguns ingénuos desprevenidos. Felizmente uma minoria.

Eis a jogada: As USFORAZ tomaram conhecimento dum decreto-lei que estipula a não obrigatoriedade do trabalhador ser filiado nos Sindicatos. Logo, como são anti-democratas e sabem muito bem que o grande inimigo dos patrões exploradores são os Sindicatos, procuraram dividir os trabalhadores convidando-os ousadamente a desistirem de sócios dos Sindicatos. Desto decreto-lei souberam tomar conhecimento e tirar

NA DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Quem joga no divisionismo?

A unidade colectiva «Vanguarda do Alentejo» começou por integrar nove herdades da freguesia de Santa Vitória (Beja), empregando um total de 250 trabalhadores e abrangendo uma área da ordem dos seis mil hectares. Desde há cerca de 4 meses, e então sem grandes conflitos, foram sucessivamente abandonando a unidade colectiva, para aderirem ao MUC, as herdades de Corte Ripais, Faleira, Carricos, Lagoa, Malhada e, agora, há poucos dias, Chaminé de Passarinho. Só esta trouxe problemas muito sérios. Mas o maior dos problemas foi, sem dúvida nenhuma, a intervenção nesta herdade das forças da repressão.

— Tenho 55 anos e ainda não vi um caso como este: foi um nojol — afirma um trabalhador da UC.

É que a democracia dos trabalhadores não passa pelas espingardas das forças repressivas.

Quem neste País tem medo que os trabalhadores discutam e se entendam?

Aliás, é curioso (mas não é por acaso) verificar que, em todas as herdades que aderiram ao MUC (e não só em Santa Vitória), esteve sempre na base do processo de aderência o antigo feitor ou encarregado, amigo do ex-patrão, familiar nalguns casos.

Mas a direcção PS do CRRA de Beja foi ainda o agente mais activo, combatendo a Reforma Agrária de trazer por casa do Sindicato e os «grandes latifundiários» do PC, para criar os grandes latifúndios do PS e (muito provavelmente) os grandes latifúndios... dos latifundiários (cada vez mais em liberdade e segurança).

EM SANTA VITÓRIA COM OS TRABALHADORES

O caso «Chaminé do Passarinho» (mais um) só encontrou nos «nossos» jornais burgueses (pluralistas, dizem eles) deturpação ou silêncio. E são trabalhadores a dizê-lo. Com estes é muito fácil falar, ávidos como estão de divulgar as razões da sua luta.

Mas quem é que já foi ouvir da sua boca as palavras directas, incisivas, sobre uma acção



repressiva que presenciaram, com amargurada revolta?

Mas qual dos grandes jornais, que estão em todas as recepções e em todas as visitas e discursos (desde Carlucci a Soares, de Melo Egídio a Valoso), já foi a Santa Vitória, à herdade do Outeiro ou à da Chaminé do Passarinho?

Santa Vitória é uma pequena aldeia do concelho de Beja. A estrada que leva a Faro, via Aljustrel, corta a aldeia pelo meio, é a sua rua central. É aqui também a sede da unidade colectiva «Vanguarda do Alentejo». Foi aqui praticamente que começou a Reforma Agrária, Vai para dois anos.

Com estes homens unidos tudo é possível fazer-se. Mas há, evidentemente, quem os queira dividir, quem os queira disputar.

Fomos encontrá-los em Santa Vitória ao fim de uma tarde destas, depois de há dias terem decidido paralisar nas herdades que integram ainda a UC (Outeiro, Peixeira, Monte Branco), juntamente com uma parte dos trabalhadores da Chaminé do Passarinho. Porque razão? Eles dizem.

— Tivemos conhecimento — principia António Merêncio, da direcção da UC — de que na sexta-feira, 10 de Setembro, havia 3 indivíduos integrados

na UC que tinham ido ao Centro com o intuito de desanexar a herdade da Chaminé do Passarinho.

PLENÁRIO QUER «CHAMINÉ» NA «VANGUARDA DO ALENTEJO»

Manuel Simplicio, também membro da direcção da unidade colectiva e delegado sindical de freguesia, relata-nos a seguir que alguns membros da unidade colectiva se dirigiram então ao Centro, onde, na reunião que tiveram, só lhe foi permitido intervir enquanto delegado sindical e não enquanto elemento da unidade colectiva.

Nada ficou resolvido. Decidiram então efectuar um plenário de trabalhadores da unidade colectiva, no qual solicitaram a comparência de pessoal do Centro, que exigiu que a sua convocação fosse feita por escrito. Segundo os trabalhadores, o Centro garantiu presença. Mas à hora marcada do dia previsto, 10 horas de terça-feira, nenhum delegado do Centro de Reforma Agrária compareceu ao plenário, que deveria efectuar-se com a participação do Sindicato dos Trabalhadores agrícolas Comissão Directiva da unidade colectiva, demais elementos da mesma e Centro Regional de Reforma Agrária. Tornaram a contactar este organismo, mas o director não estava, e o plenário acabou por ter lugar depois do meio-dia, tendo a grande maioria dos trabalhadores aprovado a integração da Chaminé na Unidade Colectiva.

Acorreram então ao Centro e apresentaram as decisões do plenário. No entanto, Romana Martins, o subdirector do Centro, respondeu-lhes que este plenário não tinha sido válido, que o que valia era o outro que os trabalhadores da Chaminé do Passarinho tinham levado a efeito, e onde tinham decidido, por maioria (6 a 3), que a Chaminé do Passarinho se integraria no MUC. Postos na rua pelo Romana Martins, acabaram por sair.

Seriam então quatro horas e às cinco e dez estávamos na Chaminé — conclui António Merêncio.

GNR PROVOCA TRABALHADORES

E continua: — Mas a propriedade tinha sido invadida pela GNR, com viseiras e metralhadoras. Ou saem a bem ou a mal, disseram. Eu não tenho armas, mas não saio daqui, disse eu. E, passado um bocadinho, toda a

gente dizia que não saía, depois de nos dizerem que quem quisesse sair se pusesse a um lado.

A tentativa de divisão dos trabalhadores (através deste processo tão velho como o fascismo que deixou marcas profundas na raiva de todos nós), afinal, não resultou. Apesar de o tenente Ferro ter dado como o bengalim no peito do Zé Guerreiro, por fazer uma referência à tradição da GNR, todos os homens ficaram unidos como um só homem, tendo decidido não voltar ao trabalho enquanto a guarda ali se mantivesse.

— Está bem. Sairemos, dissemos nós — e António Merêncio continua a explicação.

— Mas continuaremos a nossa luta enquanto a guarda aqui se mantiver.

Eles vinham preparados para matar, traziam cães e ambulâncias. Vinham para provocar os trabalhadores. Queriam que assinássemos um papel em que éramos os responsáveis da paralisação, nós comissão directiva. Não somos apenas nós os responsáveis. Os responsáveis são todos os trabalhadores, dissemos nós.

Depois, não aconteceu muito mais, além da recepção de uma carta do Centro, assinada pelo Romana Martins, uma carta ameaçadora em que se dizia que ou os trabalhadores retomavam o trabalho ou tomariam medidas, e uma ida a Évora, ao comando da RMS, que nada adiantou também.

CHAMINÉ DO PASSARINHO: À ESPERA DOS (MUCs) PASSARINHOS

Como tinha entretanto sido decidida a integração da Chaminé no MUC? Por 6 a 3, já dissemos, mas recorrendo ao voto de duas mulheres, ainda novas na herdade («Os Machados», porque não convinha, as mulheres não eram consideradas) e por um processo que se adivinha muito facilmente. O ex-feitor, A. Camões (concordante com todas as medidas governamentais sobre direito de reserva, indemnização e contribuições para a Previdência) e os «partidários» dirigentes do CRRA cumpriram o seu papel.

Estivemos também na Chaminé do Passarinho. Dos nove trabalhadores da herdade, 4 estão paralisados solidarizando-se com os camaradas da unidade colectiva. Um dos que também tinha assinado a integração no MUC reconsiderou,

MUC — o que é?

Aqui alertamos todos os trabalhadores para mais uma tentativa de divisão, agora através do chamado «Movimento Unitário Cooperativo».

Ora vejamos o que é o MUC e que fins pretende. Este «movimento» controlado pelo PS que já agrega à sua volta algumas dezenas de cooperativas é uma estrutura que seguindo os métodos golpistas de outras forças partidárias, visa perpetuar a divisão dos trabalhadores mais divididos agora em cooperantes e trabalhadores eventuais, e instrumentalizando partidariamente as cooperativas. Assim, este «movimento unitário», tem tentado, juntamente com algumas das actuais direcções dos CRRA (Centros de Reforma Agrária) e conseguido nalguns casos, desanexar herdades integradas em UCP ou Cooperativas levando-as a aderir ao MUC com promessas demagógicas de ajudas externas e facilidades de créditos ao fazerem isto e formando unidades pequenas, normalmente em terras ricas (nomeadamente nos produtivos barros de Beja), provocam por um lado, divisão e mal-estar entre os trabalhadores integrados nas UCP, e por outro, como estas pequenas unidades não podem suportar durante todo o ano a carga de mão-de-obra existente, levam a que se perpetue a divisão dos trabalhadores permanentes (que têm todo o ano trabalho na cooperativa) e eventuais que só nas épocas de ponta conseguem arranjar trabalho.

Qual o objectivo desta divisão? Nesta primeira fase será a formação de uma fracção do proletariado rural que ficando largamente beneficiado, e imbuido de ideologia burguesa veiculada pelos órgãos de comunicação social (Jornais, rádio, TV) tenderá a perpetuar e agravar as diferenças através inúmeras, com a agravante de ter já havido uma tentativa de superar essas contradições com a formação das cooperativas onde toda a gente tinha direito ao trabalho durante todo o ano.

Numa segunda fase poderá tentar-se a desarticulação total das herdades e a formação de uma nova pequena burguesia rural que contrabalance a combatividade do proletariado rural alentejano.

É de notar que o PCP que tanto diz defender a unidade e tantas vezes apelida os GDUP e as forças que os apoiam de divisionistas, praticamente nada tenha dito ou feito em relação a esta questão (à excepção da UCP «Seara Nova» de Brinigel) o que mais uma vez mostra à evidência por um lado a sua natureza conciliadora e por outro o «zelo» que põe na preservação das suas zonas de influência na sua clientela eleitoral.

no plenário da Unidade Colectiva, a sua posição e agora há só 5 a 4.

Quanto ao sr. Camões, é acusado pelos trabalhadores de se passar em Santa Vitória de caçadeira fechada, de provocação em convocação, perante o consentimento da GNR, que continua na herdade da Chaminé do Passarinho.

CO NTRA O DIVISIONISMO — UNIDADE POPULAR!

Para os trabalhadores de Santa Vitória, o direito de reserva só tem sentido para quem trabalhar a terra e o PS, com o MUC, só «buscou mais uma via para dividir os trabalhadores», «o MUC foi mais uma jogada do PS e, quando tiverem os trabalhadores todos divididos, reprimem-nos como já o estão a fazer».

Mas é preciso que os trabalhadores não vão nisso; que, por meio da discussão interna, em assembleias de trabalhadores, tomem as suas próprias decisões, que só a eles competem (e não à GNR).

Afinal de contas, como disse um camarada trabalhador, «todos os trabalhadores são revolucionários».

Se formos capazes de estar unidos e organizados, haveremos de vencer.

É preciso ligar os trabalha-

dores da cidade aos trabalhadores do campo, por exemplo. Como vocês próprios disseram, não há ainda em Santa Vitória uma cooperativa de consumo — e há mesmo quem não esteja com interesse nisso. Mas a quanto se compra em Santa Vitória a carne de borrego? A 130\$00. Em Ervidel, na cooperativa, é a 80\$00. E porque será que os comerciantes em Ervidel podem vender a 90\$00?

Muitos camaradas doutros sítios já vos ajudaram na apinhada de azeitona. Vocês têm apoiado os pequenos agricultores que também, na adiafa, alihararam com vocês. A unidade popular não só é possível, como necessária. Hoje, mais do que nunca, os fascistas, os latifundiários, os grandes intermediários, não querem outra coisa senão destruir a Reforma Agrária e o Governo do dr. Soares dá-lhes cobertura, criando toda a espécie de dificuldades às unidades colectivas de produção e às cooperativas controladas pelos trabalhadores, acenando já com as indemnizações e as reservas aos latifundiários parasitas e cedendo a todas as exigências dos senhores da CAP.

Para afastar os perigos que pairam sobre a Reforma Agrária, unidos e organizados, lutaremos, venceremos.



A unidade é difícil mas necessária e possível!

ENCONTRO NACIONAL DOS GDUPs

Nos dias 2 e 3 realizou-se, nas instalações do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, um Encontro Nacional de Trabalho e Organização, tendo por objectivo central a discussão da participação dos G.D.U.P. nas eleições para as autarquias.

Uma realização desta envergadura (estiveram cerca de mil activistas presentes) permite tomar o pulso à própria organização, trocar experiências, acender o debate, compreender as divergências e tensões, em suma — «sentir o ambiente», a disposição dos activistas, o grau de mobilização para a luta e, especialmente, para o trabalho de unidade.

Em todos estes aspectos foi produtivo o Encontro. Os debates por secções que decorreram durante a tarde de sábado — seguindo-se ao plenário de abertura — foram, na maior parte dos casos, sessões de trabalho com troca de informações e experiências entre activistas dos quatro cantos do País. Debateram-se situações e problemas concretos, ventilaram-se táticas para a actuação imediata, deu-se uma ideia da situação organizativa dos G.D.U.P. a nível nacional.

O Plenário da noite teve outro tom.

As tensões existentes (mais do que as divergências) fizeram-se sentir em muitas intervenções em que o slogan, o chavão e o grito substituíram a argumentação lúcida e a análise

ligada às realidades concretas.

Uma contradição muito nítida:

— o sectarismo e preocupação de autoafirmação de uma determinada linha partidária — a da U.D.P./P.C.P.(R), através de uma série de intervenções bombásticas e redundantes onde abundava o triunfalismo eleitoralista à mistura com acesas diatribes às «traições cunhalistas» e aos «patos unidos», intervenções essas bem orquestradas com aplausos frenéticos da assistência afecta a esta linha.

— a preocupação da maioria das restantes intervenções em combater esta tendência (acabando nalguns casos por entrar no mesmo jogo, mas com sinal oposto), repetindo prevenções contra o sectarismo e as tentativas de manipulação em tom tal que acabaram, de facto, por ter um claro significado anti-U.D.P.

Significa isto que os G.D.U.P. estão divididos? Que a unidade é impossível?

Para os revolucionários que estiveram presentes no encontro, para os que compreendem a importância da unidade como condição para que se forje uma alternativa revolucionária para a situação que vivemos, para todos esses pensamos que a lição tirada não foi essa mas sim outra:

A unidade é difícil mas necessária e possível.

As tensões têm que ser explicitadas, o debate tem de ser feito para que a unidade possa ter

alicerces sólidos.

A discussão de sábado à noite foi um passo, talvez doloroso para alguns, mas indispensável. Foi um barómetro; e um escape. E o tom agressivo, panfletário e abstracto-ideológico em que o debate decorreu, se é que a todos os títulos negativo, vem mostrar que, em relação às batalhas concretas que se nos depaeram, até é possível o acordo.

Ter noção clara das dificuldades a vencer é condição indispensável para que o Movimento de Unidade Popular avance.

E as actuais tensões existentes nos G.D.U.P. apenas sublinham a importância do papel a desempenhar pelos que verdadeiramente desejam construir a unidade dos revolucionários. Na luta a travar por este objectivo terão os militantes do M.E.S. uma missão difícil mas decisiva.

Os desvios sectários sejam da U.D.P., sejam de quem forem têm que ser combatidos no seio dos G.D.U.P.; em cada G.D.U.P., em cada reunião ou Plenário, a propósito de cada iniciativa concreta a empreender.

Os militantes da U.D.P. têm de compreender que se os 800 mil trabalhadores que votaram Otelo estivessem interessados em ser da U.D.P., Acácio Barreiros não seria, hoje, deputado solitário em S.Bento.

Uma actuação sectária no seio dos G.D.U.P., para além de comprometer a convivência com as outras organizações empenhadas no trabalho uni-

tário, desmobiliza e afasta os revolucionários sem partido, bem como os que ainda se encontram filiados em partidos reformistas. Por isso a essas tendências tem de ser dado combate imediato, pois já causaram — e estão a causar — pesados custos.

Mas este combate só pode ser vencido se for colocado em termos correctos. A luta contra o sectarismo não pode ser interpretada apenas como luta contra a U.D.P. Isso criaria um clima de ataque e contra ataque, de golpe e contra golpe, de que nada de bom haveria a esperar.

O terreno onde é possível ultrapassar divergências e contradições é o terreno da luta de massas e das realizações concretas. Este campo faz sobressair as razões que nos unem, faz-nos sentir a necessidade concreta e real de ultrapassar as divergências.

O terreno onde as divisões se cavam e se torna difícil ultrapassá-las é o terreno da discussão desligada da prática, onde as razões muito válidas de um ponto de vista abstracto, se sobrepõem aos anseios e necessidades muito concretos das massas traba-

lhadoras deste País. Este o terreno que é necessário evitar.

É por isso que o tipo de discussão de sábado à noite, se era necessário (inevitável), para começar, tem de ser rapidamente ultrapassado.

É indispensável ver as feridas. Mas mexer-lhes por mexer não adianta. Há que avançar imediatamente com o tratamento.

Repetimos: a batalha da unidade é difícil, mas pode e deve ser vencida! Entretanto, o período que vai daqui ao Congresso será decisivo. Tem de ser bem aproveitado!

OTELO:

“não basta gritar unidade

Domingo realizou-se uma sessão pública em que foram divulgadas as posições dos GDUP's face às eleições para as autarquias. Seguiu-se uma festa, com participação de cantores populares.

A presença de Otelo foi largamente saudada pelos milhares de trabalhadores presentes que exigiram ouvir da sua boca algumas palavras.

Em curta alocução, Otelo referiu-se à situação actual nos seguintes termos:

«Estamos a viver numa democracia burguesa, em que há um regresso à autocracia, à disciplina, o anseio da burguesia, e há que, portanto, ter a maior cautela.

O movimento de unidade popular, representando a oposição de esquerda ao poder actualmente instituído, se não tiver bem senso,

se não agir com cautela e segurança, mas com firmeza, não conseguirá levar por diante o projecto político anunciado durante a nossa campanha para as eleições presidenciais: um projecto que não admite, por ser impossível, a construção do socialismo em Portugal a partir da democracia burguesa, que não admite a construção do socialismo a partir da formação de um partido que depois «diz como é que», mas que admite a construção do socialismo a partir da base, de organizações populares de base, da vontade popular. Mulheres e homens deste País, desde que sintam verdadeiramente os problemas do povo e que tenham inteligência, honestidade e coragem para os resolver podem vir a ser os líderes de um grande partido de massas que possivelmente será criado e que ainda não existe».

Otelo referiu-se depois ao Encontro de activistas e às dificuldades que há que vencer para que o trabalho de unidade avance. Afirmou nomeadamente:

«O I Encontro Nacional dos GDUP's serviu para demonstrar que em todo esse movimento há dificuldades muito grandes e que terão de ser superadas. O principal problema tem sido, com efeito, a dificuldade que militantes de diversos partidos têm em superar as suas divergências partidárias com camaradas de outras organizações, e cada um, ou cada partido, procurar impôr aos outros determinada linha de con-

ducta. Esta situação leva a animosidade entre pessoas e tem efeitos sobre um povo que votou numa opção política, de alternativa popular, que venha a ser a possibilidade de resposta dos trabalhadores mais conscientes, sob o ponto de vista político, para a grave crise que o País atravessa. Tudo isso corre o risco de não apresentar resposta e as pessoas, num dubismo partidário, não conseguirão defender uma coisa muito mais importante que existe neste País e neste momento, que é a unidade popular. Os militantes políticos organizados, que devido à sua experiência têm mais consciência, têm que trabalhar honestamente, pensando nos que não pertencem a nenhum partido mas que estão voltados para um projecto político de alternativa popular que una todos os trabalhadores e que permita uma resposta concreta e firme ao projecto político que a direita tem e que consiste, apenas, em tomar o poder para vir oprimir uma vez mais, e como sempre, o povo trabalhador.

Assim, não basta afirmar que há boas intenções, que é possível ir para diante, gritar unidade e, na prática, essas intenções não se concretizarem. Das tensões à realidade vai às vezes um passo gigantesco. Talvez um passo pequeno se houver honestidade, vontade no trabalho da unidade popular. Ao trabalhador interessa que o movimento popular saiba criar respostas concretas aos problemas concretos que ele tem».

